



37ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

11 de abril de 2014 – 9h

Auditório da UMAPAZ

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Posse do novo Conselheiro (Titular) – Representante De Entidade Ambientalistas não-Governamentais Cadastradas na SVMA: Sra. SONIA IMPERIO HAMBURGER;
- II. Sugestões de inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Manejo e Conservação do Parque do Ibirapuera (Processo: 2010-0.316.024-3);
- II. Apreciação e Deliberação sobre Prorrogação contratual dos serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques do Grupo Norte (Processo: 2012-0.329.067-1);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para os Parques que Integram o Grupo LESTE – Parque Linear Bispo e Outros (Processo nº 2010-0.159.781-4);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para os Parques do Bororé, Itaim, Jaceguava e Varginha (Processo nº 2010-0.078.253-7);
- V. Apreciação e Deliberação sobre Serviços Técnicos de Manejo e Conservação Nos Parques Públicos que integram o Grupo Ciência (Processo nº 2013 -0.083.499-0);
- VI. Apreciação e Deliberação sobre Prestação de Serviços de Manejo e Conservação dos Parques do Grupo Benemérito Brás (Processo nº 2014-0.056.317-4);
- VII. Apreciação e Deliberação sobre Contrato de serviços de Segurança e Vigilância patrimonial desarmada para os Parques Municipais do Grupo Sul (Processo: 2011.0.074.755-5);
- VIII. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para os Parques que Integram o Grupo Orla do Guarapiranga (Processo nº 2012-0.329.079-5);
- IX. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para o Parque do Grupo LESTE (Processo nº 2011-0.074.759-8);
- X. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial Desarmada para os Parques que Integram o Grupo Sapopemba (Processo nº 2012-0.329.063-9);



- XI. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Serviços de Segurança e Vigilância Patrimonial para os Parques do Grupo Campo Limpo (Processo nº 2013-0.286.287-8);
- XII. Apreciação e Deliberação sobre Implantação de Ponto de Entrega Voluntária – ECOPONTO SAIOA (Processo nº 2013 – 0.293.968-4)

Anexos:

Parecer do Processo nº 2010-0.316.024-3
Parecer do Processo nº 2012-0.329.067-1
Parecer do Processo nº 2010-0.159.781-4
Parecer do Processo nº 2010-0.078.253-7
Parecer do Processo nº 2013-0.083.499-0
Parecer do Processo nº 2014-0.056.317-4
Parecer do Processo nº 2011-0.074.755-5
Parecer do Processo nº 2012-0.329.079-5
Parecer do Processo nº 2011-0.074.759-8
Parecer do Processo nº 2012-0.329.063-9
Parecer do Processo nº 2013-0.286.287-8
Parecer do Processo nº 201-0.293.968-4

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dia 11 de abril. Daremos início à 37ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA, às 9h28. Bom dia, senhores Conselheiros e Conselheiras. Expediente: posse do novo conselheiro titular, representante da entidade ambientalista não-governamentais, cadastradas na Secretaria, Sônia. Ela confirmou que viria. Não veio. Eu darei posse no final. Sugestões de inclusão de pauta: algum conselheiro ou conselheira tem alguma sugestão para inclusão de pauta? Por gentileza.

Cons. Cristina: Bom dia. Cristina Antunes, Ciranda. Eu gostaria de colocar em discussão, Luis, a questão do acompanhamento dos projetos que foram aprovados. Como é que foi o desembolso dos recursos, o que já foi feito, o que falta fazer. Isso aqui tem a ver com os projetos que estão solicitando que sejam aprovados hoje.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Cons. Cristina: Eu já coloquei isso em reunião anterior.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já.



Cons. Cristina: Mas a gente não teve esse retorno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Realmente foi pedido pela conselheira anteriormente. Vocês têm alguma posição?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. Bom dia. A gente está fazendo o levantamento, porque são vários projetos que foram aprovados. E a gente está fazendo o levantamento, em que ponto que está cada um deles. Como vários deles são contratos, contrato de vigilância, contrato de manutenção, então na verdade, eles estão em andamento. E a gente está levantando o valor das medições para puxar o total dos recursos que foram utilizados. Então a gente está em parceria com o pessoal de DAF, em especial a Mônica, para pegar o valor das medições, e para a próxima reunião do dia 25, a gente já traz os valores executados de cada projeto. Pode ser?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Com a palavra, a Conselheira Bianca.

Cons. Bianca: Bianca, SEMPLA. Eu queria que, se vocês pudessem explicar, como funciona essa relação de aprovação de contrato com medição. Eu não estou acostumada com contratos. Eu queria saber como funciona.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Primeiro, antes de passar para você responder, respondendo à Cecília, na próxima reunião...

Secretário Executivo Rubens Borges: Cristina.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cristina, perdão. Desculpe. Na próxima reunião, prometo a você que nós passaremos aqui, uma transparência com todos os acompanhamentos, está bom? É que devido a esse acúmulo dos contratos vencendo, e a dificuldade que o Rubens falou, e a nossa distância daqui com a sede, não deu tempo de preparar isso. Mas na próxima, você terá a transparência aqui, para todos os Conselheiros. DAF gostaria de dar a resposta, ou o Rubens tem a resposta à pergunta da Bianca?

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu posso responder.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode. Se precisar, o DAF está aqui.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só explicando, Bianca. Nós aprovamos um valor, e esse valor é um valor calculado pelo preço que é apresentado pela empresa contratada para aquele serviço. Então pode ser serviço de vigilância, serviço de manejo dos parques, tal. A medição, ela ocorre mês a mês, de acordo com o tipo de serviço que foi executado. Então por exemplo, vamos supor, dentro do serviço de manejo, normalmente tem poda de árvore, corte de grama. E nem todo mês a gente faz isso. Quando a gente faz, por exemplo, a poda da grama, o corte da grama, só depois de dois ou três meses é que vai ser feito novamente. Então, em um determinado mês, eu posso ter mais serviços. No outro mês, menos serviços. Então vamos supor que a gente aprove um milhão para um determinado contrato, mas ao longo do desenvolvimento do contrato, a gente usa 800 mil, 900 mil, de acordo com a necessidade dos serviços que serão executados. Aquela diferença, os 100 mil reais, vamos supor, de diferença que sobre do contrato, ele nem sai da conta do FEMA. Então só o valor, exatamente, da medição, é que é debitado da conta do FEMA. O que não acontece é ter despesas acima daquele valor aprovado. Isso não pode acontecer porque o contrato, quando ele é fechado, ele é fechado pelo máximo possível, considerando a execução de todos os serviços. Se eventualmente algum serviço não é feito, a medição é menor. Então essa é a relação que tem. A gente, às vezes, aprova aqui, alguns valores considerados altos



para os contratos. Mas ao longo do ano, nem sempre ele é executado na totalidade. Então quando a gente trazer a execução dos contratos, a gente vai ver o quanto que a gente utilizou de cada um do contrato nesse período.

Cons. Bianca: Então assim, quando a gente aprova o contrato, a gente fala: ok. A gente vai guardar esse dinheiro, e aí quando a gente mede, a gente paga, tira da conta corrente, de fato para pagar o pessoal.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Exatamente.

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato.

Cons. Bianca: Perfeito. Obrigada, gente.

Secretário Executivo Rubens Borges: De nada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dona Cristina, por gentileza.

Cons. Cristina: Isso daí, Rubens, em relação a manejo. Manutenção. Mas nós aprovamos muitos projetos com obras. Reformas, construção nova. O que mais me impressionou esse tempo todo foi o campo de futebol por R\$ 1.300.000,00. Então... isso daqui, no mínimo, demanda alguma... supostamente, para ter isso, se não houve nenhuma licitação ainda, demanda preparação da licitação, demanda a reserva desse dinheiro, e o que me preocupa sempre é o saldo. Está bom, nós estamos aprovando um monte de dinheiro. E a gente não está vendo isso acontecer. Nós estamos aprovando verbas futuras. Nós estamos aprovando ações que vão acontecer no futuro? E tem outro comentário, Luis, que eu queria fazer. Assim... Uma vez eu questionei por que é que a gente não está tendo edital? Agora completamos dois anos sem edital. E você disse que é porque a Secretaria, entre outros problemas, a Secretaria não tem estrutura física para fazer acompanhamentos de muitos projetos. Mas então, tem que ter uma mesma estrutura para acompanhar os da prefeitura. Então isso que vocês estão dizendo: não. Nós não temos ainda, não sei o quê... Isso, para mim, traduz que não tem, com relação aos projetos da Secretaria, o mesmo critério, o mesmo rigor, e é rigor, que existe com relação às entidades. Porque as entidades são fiscalizadas pontualmente, todos os meses. Tem que apresentar relatório. O relatório é complicado. Ocupa um tempo da gente, enorme. E se tem um desvio de 5 centavos, é glosado. Eu tive um projeto que o técnico me falou textualmente o seguinte: Cristina, se tiver uma marca de caixa de fósforo que vocês mudaram, eu vou glosar. Agora, eu não estou vendo esse mesmo critério com relação aos projetos da prefeitura. Então vocês estão me dizendo: não, não tivemos tempo de fazer, é porque não tem acompanhamento. Isto me deixa muito alarmada, Luis, porque assim... Nós estamos aprovando um caminhão de projetos. Nós estamos aprovando um monte de dinheiro. E a gente não está vendo esse controle por parte da própria Secretaria. O controle social, quem pode fazer, somos nós. É o Conselho. Então, isso me coloca muito resistente a aprovar novos projetos. Porque eu acho que se a gente não consegue nem zerar esse déficit de informação, de acompanhamento, de monitoramento, de cobrança que está aí, para trás, eu acho uma leviandade a gente aprovar novos projetos. Por mais "urgentes" que seja, porque essa urgência também está meio relativa. Se tem um projeto de um campo de futebol que foi aprovado há meses, porque era urgente, e a gente está aqui se batendo com dezenas de projetos a cada sessão, fazendo sessão extra, reunião extraordinária para aprovar, mas isso não vira verdade, isso não vira realidade, nem nas obras urgentes, eu falo isso outra vez, porque no Parque do Cordeiro tem obra que está esperando há meses, apesar do dinheiro ter sido aprovado. E como o Jairo falou na outra semana, a SEMPLA está segurando o dinheiro. Então tem um descompasso aí, nessas ações, nessas providências, que me deixa muito



preocupada em relação à minha responsabilidade de aprovar novos projetos, aqui. Então, eu sugeriria, como precaução, ou como... assim, é uma prudência responsável, que a gente não aprove mais projetos, enquanto não tiver tudo isso esclarecido. Onde está o dinheiro, por que saiu, por que não saiu, que pressão, o próprio Conselho tem que fazer então, em cima da SEMPLA? Para sair dinheiro. Porque eu sei, vocês... eu estava acabando de conversar isso com o Carlos. Quer dizer, a Secretaria não tem equipe mesmo, para dar conta de tudo. De repente, a sociedade civil pode, por outros caminhos, chegar lá e pressionar. Podemos botar isso no jornal, a gente pode botar isso em outras mídias, a gente pode divulgar isso em meio às nossas associações, para que a gente faça pressão. Por que a SEMPLA está querendo contrapartida? Isso é um absurdo. Por que a Secretaria tem tão pouca gente para dar conta do essencial? E por que a gente recebe um caminhão de projetos aprovar? E que se a Secretaria coloca é porque são importantes, senão não colocaria, está certo. E não acontecem. Entendeu? Então nós somos um Conselho Gestor deste fundo. Não é só aprovar projeto. A gente tem que questionar os procedimentos. Eu, da minha parte, independente até da lógica que tem me levado a não aprovar muitos desses projetos, eu acho uma leviandade continuar aprovando. Porque a gente não está vendo o resultado. É o quê? É só para cumprir tabelas: não, isso aqui está aprovado, está aprovado, está aprovado? Nós não estamos aqui para cumprir tabela. Estamos aqui para ver que o dinheiro do fundo seja efetivamente revertido em benefício da sociedade. E não é isso que está acontecendo, Luis. Luis, não é isso que nós estamos vendo. Você acabou de dizer: não, não deu para fazer, mas na próxima reunião, que em tese, é mensal, a gente vai ter tudo isso feito. Na verdade, outra vez, se fosse sociedade civil, se eu atrasar um dia o relatório, meu dinheiro fica glosado. Então eu estou manifestando a minha preocupação como representante da Ciranda, mas como uma cidadã. Eu me sinto irresponsável ao aprovar um projeto que eu não estou vendo. Que a gente já tem um histórico de o que está sendo aprovado não está sendo cumprido.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só fazer uma observação antes de passar para o Jairo. Você fez uma comparação. E na comparação, quando você fala dos projetos, dos editais da sua ONG, acontece o seguinte: é realmente... como é da minha área, eu vou responder por ela. Sempre foi assim. Não existe mudança nenhuma agora. Existe o controle, a prestação de contas para fazer a liberação do pagamento seguinte tem que estar em ordem, e isso é um regulamento que é cumprido. Nos casos dos processos que eu vou passar para o Jairo falar, explica, mas não justifica, mesmo tendo a transparência, e vocês conselheiros podendo vir a qualquer horário sem marcar no Departamento e solicitar, que vocês são Conselheiros, tanto no DEPAVE, no DEPLAN, no DAF, essa mudança agora, de Secretaria, o Carlos foi efetivado sexta-feira, ele estava há uma semana, tomando fogo cruzado de coisas que ele estava tomando pé. Então isso atrasou. Explica, mas não justifica o relatório. Mas estamos às ordens para você ir lá, sentarmos agora, a gente vê, mostrar os números. Não fazer uma transparência para você, foi o que eu falei. Jairo, com a palavra.

Jairo Galera: Bom dia. Bom dia a todos. Jairo Galera, de DAF-SVMA. Cristina, a gente entende a tua preocupação e a dos Conselheiros também, com relação aos projetos de obras que a gente aprovou no final do ano passado com aquele desespero todo, de execução. Alguns projetos, a gente chegou até a ordem de início. Porém as empresas, por conta de férias coletivas, e uma série de coisas, acabaram não iniciando as obras. Para 2014, nós estamos com uma preocupação muito grande que é realmente, a orçamentária. Então nós estabelecemos alguns níveis de prioridade, para poder atender ao que foi aprovado. A prioridade, no momento, nossa, da Secretaria do Verde, é manter os Parques abertos. Para isso, a gente está utilizando os recursos para vigilância e para o manejo. E com um cuidado muito grande de tirar alguma coisa disso para obra. Nós paramos as obras, apesar de aprovadas. Apesar de ter algumas com ordem de início, nós suspendemos todas. Por quê? Porque o recurso é escasso. Com a redução que nós tivemos de orçamento,



mesmo do FEMA e da Secretaria, a gente não teria condições, no momento, de manter e tocar todas essas obras. Principalmente essa do campo de futebol, que era um milhão e pouco, não ia dar. Ou eu toco o manejo e a vigilância dos parques, ou eu vou fazer obras. Então nós optamos, no momento, para tocar o manejo e a vigilância, e manter os parques abertos. E as obras, vamos suspender, até que tiver da onde tirar recursos ou suplementação de recursos para tocar. Porque a dificuldade, realmente, está muito grande. O orçamento nosso está muito enxuto. A Secretaria de Planejamento, cada vez que eu peço para descongelar alguma coisa, ela quer que eu ofereça recursos. Eu não tenho mais da onde tirar. Então toda essa dificuldade, a gente está contornando dessa forma. O que é prioridade hoje? Manter o parque aberto, ou fazer a obra do campo de futebol? Manter a vigilância no parque para a segurança da população, ou reformar o parque lá, que é muito pouco utilizado? Então a prioridade nossa, hoje, é manutenção dos parques e vigilância. As obras, a gente suspendeu. Todos aqueles projetos estão parados conosco, suspensos. Não tem como a gente mandar fazer agora, porque eu fico sem dinheiro para fazer manejo dos parques e vigilância. Por isso que nós estabelecemos essas prioridades. Nós conversamos, sentamos: Gente, o que é prioridade? Vamos estabelecer. O que é prioridade zero? Prioridade zero é o Parque do Ibirapuera, o Parque do Carmo. O que é prioridade um? Prioridade um é o Cordeiro, é o outro... Isso, a gente acabou fazendo. Por quê? Para poder dar uma atenção a todos, e não ficarmos sem os parques. E as obras estão, realmente, suspensas, todas elas. Até que a gente tenha um aceno de que vai entrar recurso, e que a gente possa dar continuidade. Reativar todos eles.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bianca, com a palavra.

Cons. Bianca: Em relação ao que a gente apresentou de orçamento, não sei se vocês se lembram que a gente tinha uma previsão orçamentária para o FEMA, de receita de 174 milhões, segundo o SF. É uma estimativa referente ao que entrou o ano passado, com alguma taxa de aumento. O que aconteceu é que existem vários fatores que a receita do FEMA, na verdade, diminuiu. De 174, a SF faz uma estimativa de aproximadamente 100 para entrar, e eu acho que talvez uma previsão mais realista seja de menos do que isso. Então a gente acredita que entrem uns 80 milhões esse ano. Isso quer dizer que com os 80 milhões que vai entrar esse ano, que é um valor pequeno. O ano passado entrou 120 e alguma coisa. E o superávit do FEMA, a gente tem livre, para usar com essas coisas, algo, hoje, algo relacionado a cento e alguma coisa... 115 milhões para a gente usar, livres, hoje. Por que livres? Porque as receitas são vinculadas. Então para a gente aprovar esses projetos, a gente tem apenas esses 115 milhões. Por causa da quebra... Na verdade, os contratos de vigilância venceram. O pessoal do orçamento está aqui. Eles eram de 5 anos atrás. Então eles tiveram que fazer novos contratos. Esses novos contratos, eles foram reajustados com a realidade atual. E esses são muito caros. Eles são o dobro do valor anterior. Então quer dizer que em cima desses 100 milhões, a gente tem uma pressão aí, de uns 80 milhões, pelo menos, para conseguir fazer com que os parques fiquem abertos. Isso é a realidade do FEMA. Agora, em relação à SEMPLA, a SEMPLA congelou todo o dinheiro de investimento da prefeitura toda. Ninguém está fazendo investimento. Qualquer tipo de investimento que não seja manutenção passa por eles, por um crivo muito específico, do tipo, da urgência de fazer ou não. Porque a gente, realmente, não tem dinheiro. Como eu falei para vocês no começo do ano, a gente tinha uma previsão de orçamento. A gente não teve aumento de nenhum tipo. A gente não teve renegociação da dívida. A gente, realmente, está sem dinheiro. A ponto de não conseguir fazer investimentos, o que, inclusive, coloca a própria aprovação do governo em relação à população, de um nível ruim. Porque a gente não consegue ter dinheiro para fazer investimentos. E a população quer investimentos. É isso que ela espera. Então, é ruim, inclusive para o governo. Mas, de uma maneira responsável, a gente não pode deixar de fazer com que os equipamentos não funcionem para investir. Então o problema que a gente passa atualmente é esse. Então a



direção de SEMPLA, realmente, é: pare os investimentos agora, vamos analisar. Um pouquinho de dinheiro que têm para investimentos e vamos tomar muito cuidado para aplicar isso. Tentar a contrapartida do governo federal. Fazer coisas que não onerem o tesouro, porque não tem dinheiro.

Cons. Cristina: Tanto o que o Jairo explicou como o que a Bianca explicou, só reforça o meu entendimento, que a gente tem que parar de aprovar projetos. Se a gente não conseguir resolver esses para trás, nós temos então, dinheiros que já estão aprovados por este Conselho, e não adianta a gente aprovar novos porque também não vão avançar. Essa questão dos contratos, Bianca, me deixa extremamente preocupada. Porque a gente aprovou para ter continuidade. Então da onde que está saindo esse dinheiro, para renovação dos contratos? Eu não entendi da onde é que sai. Quer dizer, sai daquilo que a gente aprovou? Então tem alguma coisa descompassada, aí, está certo? A gente aprovou um determinado valor, que ia durar por algum tempo. Que era para cobrir um aditamento. A maior parte das vezes, aditamentos de contratos. Agora, de repente, esse mesmo valor, a menor que a gente aprovou, está cobrindo um custo a maior? É isso que eu não entendi. Quer dizer, então isso daqui saiu da onde? Essa aprovação é contrato novo que não teve que passar aqui pelo FEMA. É isso?

Jairo Galera: Na realidade, mesmo os contratos novos acabaram passando por aqui. Nós estamos passando tudo pelo FEMA. O que a gente está fazendo? Todo recurso que nós temos, disponível, no FEMA, à disposição, que é esse que a Bianca falou, a gente está utilizando para manutenção e vigilância dos parques. Então o que já foi aprovado já está incluído nesse valor. A gente está utilizando. O que a gente está aprovando, é para incluir, porque ainda tem condições de serem atendidos. Por isso que a gente falou: a gente parou com as obras, porque se eu incluir as obras, eu não vou ter recurso suficiente para atender os contratos de manejo e de vigilância.

Cons. Cristina: E como é esse critério de contingenciamento da Secretaria? Porque então está bom, a Bianca esclareceu. Não tem dinheiro. Então o que já foi aprovado deixa de ser prioritário e a gente coloca novas prioridades em cima do mesmo dinheiro. Porque o dinheiro diminuiu. Já não dá para cobrir o que já tinha, mas a gente vai botar para despesas novas. Então, só para passar a limpo, Jairo. O que a gente já aprovou foi para a gaveta. O que a gente aprovou, não. Não vai ser feito.

Jairo Galera: Os projetos de obras.

Cons. Cristina: Sim.

Jairo Galera: Todas as obras estão paradas por conta disso. Nós priorizamos manter os parques abertos, e com vigilância.

Cons. Cristina: Nós estamos aprovando aqui hoje, ecoponto. Implantação de ecoponto. Para que vem então, para o CONFEMA, uma aprovação de obra que a gente sabe que não está mais nas prioridades, e que não vai ser executada. Mesmo que tivesse prioridade, não tem dinheiro para fazer.

Jairo Galera: Dentro das nossas prioridades, ou das prioridades que foram colocadas pelo governo, o ecoponto é uma delas. Então o ecoponto vai passar por aqui, vai continuar. Por quê? Porque a gente conseguiu deixar, dentro do orçamento, dentro das despesas, esse valor disponível para o ecoponto. Então essa é uma prioridade de governo que a gente deixou e vai manter. Vai continuar. As outras obras que eu comentei com vocês, é que a



gente deu uma paralisada, por quê? Dada a prioridade desse ecoponto, a gente acabou segurando as demais.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O ecoponto foi aprovado na reunião passada. O projeto inteiro. E queriam passar por aqui, pelo FEMA, detalhadamente, cada projeto.

Cons. Cristina: O projeto físico a gente aprovou. Os meus questionamentos estão colocados. No momento que a gente for falar do ecoponto, eu vou questionar a gestão. Não adianta nada a gente colocar um ecoponto se a gente não resolver o problema de gestão que o Silvano mesmo reconheceu que não está equacionado ainda. Mas obrigada.

Cons. Alexandre: Alexandre, da Associação Alma. Seguindo o raciocínio da Cristina, na verdade talvez seja importante para não atropelar o processo aqui do CONFEMA, esclarecer, sempre que houver mudanças de rumo, aí. Porque de fato, nós aprovamos, em reuniões passadas, a questão das obras. Estamos aprovando manejo e manutenção de serviços dos parques. E estamos aprovando os ecopontos. E aí, de repente, as regras mudam e nós não tomamos consciência. Sabemos agora, apenas porque a Cristina relata, na base, que as obras não estão ocorrendo. Se não fosse pela Cristina trazer essa informação aqui, nós nem saberíamos que tinha mudado a regra do jogo. Não saberíamos do contingenciamento, não saberíamos desse novo estabelecimento de prioridades, então isso também me incomoda bastante. Porque me parece que está sendo atropelado o processo aqui, do Conselho. Se estabelecem determinadas prioridades, nós aprovamos de acordo com essas prioridades, as regras mudam, nós não somos informados, e caso a Conselheira não tivesse perguntado, nós continuaríamos aprovando sem ter consciência que as regras haviam mudado. As regras do jogo mudaram no meio do jogo. E aí não tem como não deixar de pensar... apesar de não ser o foco no momento, não tem como deixar de fazer um paralelo com o acompanhamento dos projetos da sociedade civil. As regras são muito diferentes. O funcionamento é muito diferente. Nós estamos vendo, na realidade, nos parques, problemas sérios, de toda ordem. Desde falta de funcionários públicos da própria gestão, até falta de serviços terceirizados. Todo tipo de jeitinho... Não em todos os parques, obviamente. Têm parques que são exemplares e que os gestores, os funcionários estão dando o sangue para que a coisa funcione da melhor forma possível dentro das limitações. Mas têm situações extremamente precárias. Todo jeitinho que vocês possam imaginar. E em relação ao acompanhamento dos projetos, também. Falta funcionário, falta equipe. Têm várias questões. No entanto, uma mudança de metodologia em determinada atividade, em um projeto da sociedade civil, pode causar um transtorno muito maior. Então as medidas estão desmesuradas. Não vejo como uma alteração relativamente pontual em um projeto da sociedade civil possa causar glosa, ou enfim... ou qualquer outro problema de liberação de recurso, e ao mesmo tempo, questões graves estruturais, nós temos que aceitar como normais, como por exemplo, mudar as regras do jogo no meio do jogo, sem informar os conselheiros que estão aprovando os recursos e que aprovaram os recursos anteriormente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Respondendo ao conselheiro Alexandre, mais uma vez dizendo que a transparência da Secretaria, de repente, não foi do tamanho que deveria ser aos senhores conselheiros. E concordo e eu acredito que está aqui o diretor Carlos do DEPAVE, está o diretor Galera do DAF, e o diretor Cruz do DECONT. Então nós adotaremos, daqui para frente, qualquer medida, qualquer mudança, imediatamente comunicaremos aos senhores e senhoras, antes da reunião para que não haja essa dúvida. Foi bem colocado pela Cristina e pelo Alexandre, está bom? Pois não, Cristina. Com a palavra. Dona Sônia, a senhora aguarda, porque eu ia dar posse para a senhora no começo, como demos... iniciamos a reunião, ficou a sua posse para o final. Por gentileza, Conselheira Cristina.



Cons. Cristina: Eu volto na questão do critério que o Alê colocou. Eu tomei, como argumento, a afirmação do Rubens de que não tem pessoal para aprovar projetos da sociedade civil por edital, e por isso não há editais. Se a gente for ser equânime nessa avaliação, não pode ter pedido de projeto da Secretaria. Porque igualmente, vocês estão confirmando, estão nos informando que não tem estrutura para fazer esse acompanhamento. Sequer tem o dinheiro para aplicar. Quando uma entidade submete um projeto, se ela ultrapassar, em um mês, dez centavos do que foi orçado, ela é glosada, ou tem retenção no pagamento. Se a gente for querer colocar a mesma moeda de negociação, Luis, não pode ter projeto novo da Secretaria. Vocês estão em débito com a gente. Com a sociedade civil. Vocês estão reconhecendo, não tem gente, não têm pernas, não tem o dinheiro. Quer dizer, a gente aprova porque tem dinheiro. Se a sociedade civil não der conta de fazer com aquele dinheiro, perde o projeto. Então se a gente for colocar em duas colunas com o mesmo critério, a Secretaria está em débito. Tem que ser... Tem que parar. Tem que parar com esses projetos. E eu quero colocar mais uma questão que eu coloquei no Cades, mas já trouxe aqui no CONFEMA também. Outras avaliações, outros acompanhamentos da Secretaria também não estão acontecendo. Eu pedi relatórios de acompanhamentos das condicionantes da Linha Ouro, e não tem. Não tem. Porque a Secretaria não teve condição de fazer fiscalização. Então não é um problema que afeta só o FEMA. Isso daqui está na Secretaria. A Secretaria está em uma crise operacional, financeira, de pessoal. Eu acho que, principalmente, todas as pessoas que falam comigo, falam assim: não, não tem gente para fazer. Foram 13 funcionários embora. Foram não sei o quê... Mudanças sucessivas, mudanças, por mais promissoras que sejam, geram um enorme descompasso nas ações de qualquer estrutura. Na minha empresa, se eu mudo um gerente, eu tenho um hiato aí. Eu não tenho que mudar gerente. As mudanças têm que ser criteriosas. Por que é que muda? Por que o Persolli passou tantas vezes, em tão pouco tempo, em tantos lugares diferentes? É impossível render. É impossível produzir. Então, é gestão. É uma questão de gestão. E mais uma vez: se isso daqui está acontecendo não só aqui no CONFEMA, mas também no DECONT, por exemplo, eu fico mais preocupada ainda, em aprovar qualquer tostão a mais, porque não me mostra, a Secretaria, que tenha condição de vingar. O Carlos acabou de assumir. Está aí, está sobrecarregado, não pôde ver os parques, tem o Pinheirinho que tem uma emergência, e ele não consegue ver. Eu entendo perfeitamente. Até porque só para se deslocar aqui em São Paulo é um pesadelo, está certo. Mas então, não pode ser mais sobrecarregado. Não dá para a gente botar mais coisas nas costas de uma equipe que já não está dando conta. Então, eu entendo perfeitamente. Manejo é crucial. Mas no limite, Luis. Precisa botar o pé no chão. A gente não pode aprovar nada novo. O ecoponto espera. O critério de prioridade tem que ter coerência com o passado. Não dá para a gente dizer: Não, olha, o Haddad foi eleito porque ele ia construir 300 creches. É, mas agora não vai construir. Então, a promessa vai para o saco. Isto é a pior prática política que a gente pode esperar de qualquer governo. Como a Bianca falou: Denigre a imagem do governo. Eu nunca falo partidariamente, porque eu, realmente, não voto em ninguém por partido. Mas a gente tem que mudar essa cara da nossa política. A gente tem que mudar essa cara. Gestão é fundamental. Se o Silvano falou que não tem ainda, uma estrutura de gestão para os ecopontos, não vamos fazer mais nenhum. Não vamos fazer mais nenhum. Têm um monte de ecopontos. Quantos que existem na cidade? Quarenta e poucos que estão mal geridos. Para. Para o barco. É o que eu faria na minha empresa. Você faria na sua empresa, na sua casa. Não está dando certo? Para. Vamos botar ordem na casa, primeiro. Então, essa questão que o Alexandre falou, dessa diferença de critério, eu reitero, eu acho profundamente injusto um fundo que é público, ter dois critérios de aprovação e de acompanhamento quando é órgão público, e quando é sociedade civil. O órgão público responde à sociedade civil. Então no máximo, tinha que ser igual. No mínimo, tinha que ser igual. Então eu estou reiterando isso, porque a percepção que eu tenho é que tudo isso daqui não devia ter sido submetido ao Conselho. A gente tem que parar primeiro, esperar



esse retorno todo que vocês estão dizendo que vão nos dar... Não adianta dizer, Luis. Não, está aqui, eu posso te mostrar. Não. A gente tem reunião mensal. Eu estou deixando de trabalhar para vir aqui. Eu não venho aqui em outra hora para ver isso. Isso daqui era obrigação do setor de fiscalização, que tinha que trazer para a gente. Vocês tinham que ter aqui, os relatórios prontos, que o DECONT não tem, por exemplo, a Linha Ouro. Eu tenho uma reunião com o metrô essa semana, quem vai apresentar o relatório é o metrô. Olha que bonito. É dar a galinha para a raposa tomar conta. Então, o que está acontecendo? Como o Alê falou, nós estamos atropelando. A forma de gerir este trabalho, este fundo, não está certa. A gente precisa repensar. A Sônia não vai poder falar porque ela só vai tomar posse no fim?

Secretário Executivo Rubens Borges: Damasceno, eu só queria...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu vou só responder uma coisa: segunda vez você toca no problema do FEMA. E eu queria deixar claro o seguinte: você sabe muito bem, você já veio pedir, perguntar se as prefeituras, subprefeituras podem entrar com projetos. Nós já falamos que pode entrar, independente de edital. A sua subprefeitura, da sua área, iria entrar. Até hoje não entrou. Então, quando você fala em edital, só me incomoda uma coisa: você sabe muito bem, com a sua capacidade técnica, com a sua capacidade de gerenciar, inclusive representar suas ONGs, que os editais que a gente... edital que tem as ONGs que aparecem, já foi dito aqui no passado, de 80, você tira 3 projetos, quando muito você forçar para dar 8, 10 projetos por uma coisa que até o Alexandre falou, por que mil e poucos reais vão aprovar um milhão e quinhentos? Vamos aprovar um milhão e quinhentos. Mas nós temos que ter projetos que tenham um corpo. Que tenham início, meio e fim. E você sabe que existe uma dificuldade. Agora, essas ONGs deveriam, não na preocupação: faltou uma vírgula, não prestam contas, deveriam vir falar: olha, pode ajudar na confecção do projeto? Nós temos técnicos, como a Júlia, como a Ruth, que sempre ajudaram, a Miriam, no FEMA. De ajudar a fazer esses projetos. Então o FEMA não tem corpo para, de repente, entrar com projetos excelentes, e acompanhar os cem projetos. Não tem. Mas os projetos que ela tem, e que estão em andamento, ela tem condições de acompanhar, sim. Com a palavra, Carlos.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu só queria... só para dar uma resposta. Como meu nome foi citado, então é assim: na verdade, quando eu coloquei a falta de estrutura, seria falta de estrutura para que nós lançássemos mais editais. De qualquer forma, a gente tem lançado editais. Foi aprovado um no final do ano passado, que só foi publicado em fevereiro por conta de final de ano, férias, interrupção do orçamento, então ele foi publicado em fevereiro. Desculpem. Em março. E com prazo para entrega de projetos até o final de maio. E nós estamos trabalhando no edital número 11, junto com a equipe da UMAPAZ, da educação ambiental, para fazer um novo edital, como já foi falado aqui anteriormente. Então não é por falta de estrutura que os editais não estão saindo. Eles estão saindo sim. Só que eles vão sair, pelo menos um por ano, que era o que a gente tinha se comprometido. O ano passado foi aprovado. Só não foi publicado porque foi no finalzinho do ano. Mas ele foi elaborado, e esse ano a gente está trabalhando em outro. No plano de metas da prefeitura, estão previstos dois editais até 2016. Teoricamente, estamos trabalhando no segundo. Então nosso plano de metas está cumprido. Se a gente puder cumprir mais do que a meta, melhor. Mas não é por falta de estrutura que o edital não esteja saindo. Então esse é um aspecto. Segundo ponto, é com relação ao critério de fiscalização dos convênios e dos contratos. São instrumentos diferentes, convênio e contrato. Como a gente firma convênio com as organizações não-governamentais, e um convênio é onde tem interesse das duas partes, então tem interesse das organizações em desenvolver o projeto, tem interesse na prefeitura em apoiar aquele projeto. Então a forma de fiscalização é através de uma comissão de acompanhamento técnico, que vai acompanhar o projeto, se ele está acontecendo. No caso dos contratos, contrato de DEPAVE, ou qualquer outro contrato da



Secretaria, já existe um fiscal do contrato. Existe um engenheiro responsável pela obra, existe um engenheiro responsável pelo contrato de manejo. Então a gente faz outro tipo de fiscalização, que é feito por um técnico do departamento, e não por uma comissão de avaliação, mas esse acompanhamento, ele existe. E se houver alguma irregularidade no contrato, o fiscal que é responsável por assinar as medições, e por atestar os serviços, ele também vai glosar se não for realizado um serviço, ou ele vai propor o cancelamento do contrato se ele não estiver regular. Assim como a comissão de avaliação faz com as instituições conveniadas. Então, não é que sejam critérios diferentes. A forma de acompanhamento é que é diferente. Porque no caso de um convênio, nós não temos um técnico responsável. Nós temos uma comissão. Mas com relação à execução dos serviços, ou à realização do projeto, o critério de avaliação é o mesmo. E se alguma despesa, em um contrato, for feita irregularmente, a prefeitura simplesmente não vai pagar. Assim como, se alguma despesa for realizada fora do escopo do projeto, a comissão de prestação de contas não vai considerar aquela despesa como sendo reconhecida pelo projeto. Então, esses são os critérios. E só para concluir a questão do acompanhamento, da fiscalização, no caso do CONFEMA, eu admito sim, uma falha no acompanhamento principalmente das obras, porque o dos contratos, a gente está acompanhando até porque, eles estão sendo prorrogados a cada dois, três meses, e estão retornando aqui. Então, quando ele retorna, a gente tem o projeto, o processo que está aqui, com todas as medições, os relatórios, está tudo aqui, que pode ser consultado na hora. O que está faltando, que eu acho que muito bem colocado pela Conselheira Cristina, é o acompanhamento de... em que pé que está. Por exemplo, a licitação do campo de futebol. Foi suspensa, não foi suspensa, parou porque a prioridade da prefeitura é outra. Ou da Secretaria é outra. Então isso a gente tem condições de acompanhar. E só para concluir, algumas propostas que são colocadas aqui, como os ecopontos, por exemplo, estão no plano de metas da AMLURB, e quando foi aprovado o orçamento na Câmara Municipal, esse recurso foi retirado da AMLURB e colocado como recurso do FEMA. Então a aprovação dos novos projetos, especificamente no caso dos ecopontos, ele faz parte do plano de metas. Assim como eu tenho meta para cumprir com relação aos editais, a AMLURB tem essas metas com relação aos ecopontos. E o recurso está aqui. Eles não têm esse dinheiro lá. Então o recurso está aqui. Por isso que os processos virão para cá para que sejam avaliados aqui no CONFEMA. Então só para colocar essas situações, que acho que foram pontos que ficaram meio obscuros, então é só para esclarecer.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Diretor Carlos.

Carlos Cavalcante: Eu só queria...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Se identifique, por favor.

Carlos Cavalcante: Carlos Cavalcante, diretor do DEPAVE G. O posicionamento do Alexandre e da Maria Cristina. A fiscalização dos contratos de manejo e de vigilância são muito rígidos. Os processos estão aí. E é detectado, dia a dia, fiscalizado dia-a-dia, pelo administrador, se todos os vigilantes estão... se eles estão uniformizados... Se tiver um não uniformizado, ele já sofre uma penalidade. Então isso existe um relatório do administrador, existe os nossos fiscais que também fazem, em cima desses contratos, essa fiscalização, e se ele estiver com... em vez de estar com coturno, ele está com sapato, ele é penalizado. Isso é apontado. Isso vem para conhecimento nosso. Isso passa para a nossa assessoria jurídica, que ela lê os contratos, as obrigações e os deveres do contratado, e isso tem uma definição final nossa. Mas sempre acompanhando. No mínimo têm duas assinaturas, dois responsáveis diretos, que atuaram no contrato. E tudo isso depois, ainda passa para crivo de instâncias superiores. Que podem ser, também, contestados. Porque eles também têm que apresentar a sua documentação fiscal, em cada medição, que eles estão em dia com as



suas obrigações fiscais. Então o controle é rígido, e os processos estão aí. É só pegar qualquer um. Mesmo que não estivesse aí, pode conversar comigo. A gente abre o processo fora daqui, na Secretaria, para haver total transparência. Muito obrigado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu já vou dar posse assim para você. Mesmo sem a posse você poderia falar. Mas o diretor do DECONT, Conselheiro, quer falar, e eu já passo para a senhora. Antes de você falar, Cruz, vamos fazer o seguinte: nós vamos dar posse oficial à conselheira representante da entidade ambientalista não-governamental, cadastrada na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, senhora Sônia Império Hamburg, a quem eu peço uma salva de palmas. Está empossada. Pode falar, por favor. Depois o Cruz fala.

Cons. Sônia: Primeiro eu peço desculpas pelo atraso, mas tinha um ônibus que passava bem aqui na frente, me deixava na porta, que não existe mais. E aí eu me atrapalhei. Eu peço desculpas. Não vai acontecer de novo. Dando continuidade aqui a essa discussão que eu cheguei já estava acontecendo, eu acho que está tendo... Para mim, pelo menos, existe uma confusão aqui, relacionada a verba, que o fundo especial do meio ambiente trabalha. A verba do fundo especial do meio ambiente, ela não é uma verba orçamentária. Ou é?

Secretário Executivo Rubens Borges: Só respondendo. Ela é uma verba orçamentária quando ela é considerada uma unidade orçamentária da prefeitura. Então, o fundo, ele é uma unidade orçamentária, e ele trabalha com base na legislação que regulamenta o orçamento. Porém, o recurso não é um dinheiro que se mistura com o restante do dinheiro da prefeitura. Ele fica depositado em uma conta corrente no Banco do Brasil, e é aquele limite que a gente tem para gastar. Então eu poderia ter, por exemplo, cem milhões orçamentários aprovados para o FEMA, mas se eu tiver 50 na conta, só vou poder gastar 50. Que é o que está acontecendo aqui hoje. Nós temos, por exemplo, como a Conselheira Bianca colocou, nós temos uma expectativa de arrecadação para esse ano, de cerca de 100 milhões, conforme estimativa da Secretaria de Finanças. Porém, nós temos 174 milhões aprovados no orçamento. Nós tínhamos um saldo que somado à arrecadação, pode chegar nos 174 mas pode também, não chegar. Vai depender de como a arrecadação vai se dar até o final do ano. Então, o que acontece? Às vezes a gente tem mais dinheiro orçamentário, virtual, digamos assim, do que dinheiro na conta corrente. E aí, a gente precisa administrar esse recurso. Mas ele funciona como uma dotação orçamentária. O que você está colocando...

Cons. Sônia: O orçamento do FEMA passa pela Câmara dos Vereadores?

Secretário Executivo Rubens Borges: Passa pela Câmara de Vereadores também. O que você está colocando é que é assim: o recurso do FEMA ser utilizado como reforço de recurso orçamentário. Até o ano passado, nós tínhamos outro cenário, que era um cenário de que nós tínhamos 30 parques, e um orçamento suficiente para arcar com as despesas desses 30 parques. Ao longo dos últimos anos, foram aprovados mais 50 parques pelo menos, que estão aí, em funcionamento. Então hoje a gente tem um número perto de 80 parques, só que o orçamento da Secretaria não acompanhou.

Orador não identificado: 102 parques. Desculpe, Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: 102. Desculpe. Então aqui corrigindo. E o orçamento da Secretaria não acompanhou esse crescimento. Então hoje a gente está tendo que recorrer a recursos do FEMA para minimamente, manter esses parques abertos, com uma estrutura mínima de manutenção, limpeza, conservação, para que a população possa



frequentar esse parque. E aí, o que já foi discutido aqui anteriormente, que você ainda não tinha tomado posse, não tenha acompanhado...

Cons. Sônia: Mas eu acompanhei.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas acompanhou algumas reuniões também, o que foi discutido é que é assim: não adianta eu ter cem milhões na conta do fundo, e manter parques fechados, porque o dinheiro que está entrando para o fundo, ele tem que voltar para a população. Não é interesse da prefeitura fazer poupança com esse recurso. Esse recurso, ele tem que ser aplicado em benefício da população. Se eu não tenho um número de projetos novos, até porque se nós continuássemos abrindo novos parques com esse dinheiro, sem a manutenção, não ia resolver nada para a população. Então, o critério que foi discutido aqui, anteriormente, nesse Conselho, é de que nós estaríamos utilizando esses recursos para minimamente manter os parques que foram inaugurados, que estão em funcionamento, à disposição da população, e novos projetos de aberturas de parques ficariam para um segundo momento, a hora que nós tivermos um orçamento compatível com essas despesas.

Cons. Sônia: Eu me lembro que o ano passado, quando a gente começou a receber esse monte de projeto aqui no CONFEMA, a expectativa era de que no ano de 2014, não fosse necessário utilizar nem aqueles que foram aprovados em 2013. E o que a gente está sabendo aqui agora, é o contrário. Que aqueles que foram aprovados em 2013, foram paralisados, e que outros estão sendo colocados no lugar. Então, o que foi colocado aqui, que eu acho que é muito...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não é isso. Mas eu espero a senhora terminar de falar.

Cons. Sônia: É bom esclarecer, mesmo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Aí só pediria também o seguinte, senhores Conselheiros. Eu lembro que nós temos uma pauta extensa para votação, está bom?

Cons. Sônia: É sobre essa pauta que a gente está falando. Eu, pelo menos, levei um susto a hora que eu recebi. Porque eu estava na expectativa de recomeçar os trabalhos do CONFEMA, e na expectativa que a gente tinha visto no final do ano passado de que esse ano a gente teria uma condição melhor de gerenciamento dos fundos do FEMA, e aí a gente recebe uma pauta que era mais impressionante do que as do final de 2013. Então, por isso que eu acho que a gente está colocando isso aqui, agora. Eu acho que as colocações que foram feitas aqui não dizem respeito ao gerenciamento do contrato de cada fornecedor. A gente está aprovando o contrato de manuseio e segurança principalmente. E o que a gente está colocando é sobre o gerenciamento da gerência, mesmo, em geral, dos parques, e não especificamente de cada contrato. A gente sabe que cada contrato é regido por normas rígidas. Só que a gente não entende como que a gente aprova um contrato e daqui a quatro meses, esse contrato está paralisado. Então acho que essa que é a questão. Não é a rigidez com relação ao fornecedor, que a gente estava falando. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode falar, Cristina.

Cons. Cristina: Eu ia colocar exatamente isso que a Sônia colocou com relação ao que o Carlos explicou. A gente não está questionando o controle de contratos daqui. Eu acho que se a prefeitura não fizesse, tinha que ser, realmente... os técnicos tinham que ser exonerados da administração pública. Porque nós estamos falando é do que foi aprovado



aqui, e não aconteceu nem como contrato. Porque o contrato é óbvio que tem alguém administrando. Isso que você fala: não, a administradora do parque está lá, está vendo isso. Não é essa a questão. A questão é o que foi aprovado e não aconteceu. Como disse o Alê, essa informação nunca chegou para nós. Agora, eu tenho mais duas dúvidas. Eu tenho uma enorme dificuldade com essa questão financeira. Mas por exemplo, isso que você falou, Bianca, o que está aprovado, nós temos 104, 107, 115 milhões. Isso daqui comporta o que já foi... Quanto disso sobra para projetos novos, dentro dessas novas prioridades que foram estabelecidas? Então essa é a minha pergunta, porque se a gente não souber isso, a gente não tem nenhuma referência com relação ao que a gente pode aprovar de projetos novos, mesmo que seja para manutenção dos parques abertos. Quanto a gente tem? Quanto é que a gente está comprometendo? Como a Sônia falou, ano passado, a gente já comprometeu um monte de dinheiro, que a gente não sabe, agora, quanto é que está liberado. A explicação do Rubens... A Bianca já se esforçou muito para fazer a gente entender também. Mas eu não tenho esse número. Quanto é que a gente tem? Segundo, a conta é assim: desses cem milhões, ou cento e poucos milhões, quanto... já está atribuído às prioridades que vocês agora dizem que foram estabelecidas, e quanto sobra para a gente dispor? Essa questão do critério, você falou, Rubens, que isso daqui foi discutido lá para trás. A posição da Secretaria foi assim, e os termos colocados foram assim: a gestão anterior, levemente, criou no papel, não sei quantos parques. Nós não temos condição de abrir. Então não vamos abrir novos parques porque nós não temos condição de gerir. Eu acho que esse mesmo argumento serve para novos processos da Secretaria. Não abre ecoponto. A gente não tem, não só o dinheiro para isso, como não tem a gestão dos ecopontos. Eu acho uma temeridade, enquanto o Silvano não vier aqui para dizer: nós reorganizamos, nós fizemos aditamento de contrato da SOMA e da outra concessionária. Agora vai funcionar assim, vai funcionar assado, eu acho uma leviandade a gente aprovar a implantação de ecoponto, que mais para frente, se for instalado, eu sou a primeira a ir para a mídia e dizer: isso daqui não pode funcionar, porque não tem gestão. Então, como é que a gente pode casar essas informações e tomar atitudes aqui no CONFEMA, com dinheiro do CONFEMA, que é orçamentário, mas não é orçamentário, que está não sei o quê... onde é que está o dinheiro que realmente vai garantir isso, se não tem gestão. E a outra questão que eu quero colocar é assim: nessa confusão toda do que é orçamentário, o que está liberado, o que não está, como é que ficam os 80 milhões das duas linhas do metrô de Santo Amaro, 80 milhões não é pouco dinheiro. Que na verdade, já deviam estar sendo aplicados. Isso daqui, a informação que me deram é que não caía na mesma vala que os outros dinheiros de multa, de não sei o quê. Isso aqui é TCA, e só pode ser, só pode ser aplicado na região.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Cons. Alexandre: Alexandre, novamente. Eu não tenho a dimensão toda aí, da situação. Quando eu digo também, não é em relação à execução dos contratos. Mas o que a gente tem verificado são todos os problemas: desde a solvência das empresas contratadas, que foi tratado na última reunião, a questão dos prazos, aí, dos contratos, e muitas vezes, a falta de funcionários, mesmo, no parque. Nós estamos com projeto pelos parques da zona Leste. Alguns parques a gente não está tendo condição de realizar atividade porque ou não tem vigilância, ou não tem manutenção, ou não tem funcionário para acompanhar. Então a gente tem que mudar o projeto porque o parque está só aberto em espaço físico. Mas não tem nem estrutura terceirizada, e nem estrutura própria para funcionar. Então não sei se é o caso da gente entender esse diagnóstico, essa situação, para priorizar juntos. Para estabelecer essas prioridades juntos. Se não temos condições de gerenciar todos os parques, que talvez tenha que fechar.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Cruz.



Cruz: Cruz, DECONT, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Em resposta à fiscalização que foi levantada pela senhora, eu queria dizer o seguinte: hoje, nesse período, nós estamos com...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por favor, fala mais perto do microfone.

Cruz: Nesse período, nós estamos com 176 atividades a serem licenciadas no DECONT. E essa análise é uma equipe multidisciplinar, em média de 4 a 5 técnicos para cada atividade. Daria em volta de 700 a 800 técnicos, se fosse determinar para cada atividade. Mas só que isso, na realidade, inclui junto. Que é da Secretaria. Sempre ocorreu o seguinte: é feito o licenciamento de toda atividade, tanto pública como privada. O relatório é, sim, feito pela empresa. O tomador do licenciamento. E é vistoriado por nós. Isso sempre foi assim. Eles entregam, sim, o relatório para nós. Depois a equipe, em conjunto com o DECONT, DGD e DEPAVE, quando envolve TCA, faz essa fiscalização. Só isso que eu queria dizer.

Cons. Cristina: Posso então dar um esclarecimento? Eu fiz essa solicitação formalmente ao Secretário. Recebi, depois de alguma persistência, recebi por e-mail um relatório do primeiro lote da Linha Ouro. Solicitei os demais, recebi todas as tentativas de me desestimular, falando assim: não, você precisa vir aqui, você precisa fazer vistas, você precisa pagar, você precisa fazer cópia, não sei o quê... eu sei, conheço a lei de acesso à informação. Não precisa nada disso. Isso daí é o arquivo eletrônico, é documento público. Eu não preciso fazer vistas de processo para copiar folha. E ao final, recebi a informação, recebi uma informação consistente de que, de fato, só há dois relatórios dos seis lotes que já deveriam ter sido fiscalizados. E porque não tem gente para fiscalizar. Porque não tem pernas. Eu não estou recriminando, não. Eu não estou questionando a competência ou a seriedade, ou a capacidade técnica dos técnicos que têm que fazer isso. Eu estou dizendo exatamente o que você falou. Você tem cinco técnicos para 600 processos. É impossível.

Cruz: Os cinco técnicos na fase de emissão da licença. Da fiscalização é outro escopo. (incompreensível) cinco técnicos para fiscalizar.

Cons. Cristina: Então... Então. É impossível, gente. A gente está falando... Nós não estamos recriminando. Nós estamos tentando ajudar a Secretaria a se sair melhor. Se você precisar (de a gente ir lá, ajoelhar no milho na frente do Haddad, pedir mais dinheiro, a gente vai. Mas meu Deus, não dá para a gente fechar os olhos, fingir que está tudo indo bem. Não está. Fiscalização é um negócio muito sério. Está certo? E vocês todos estão confirmando isso. Não tem gente. Não tem capacidade... Não é capacidade técnica. Não tem capacidade operacional para fazer o trabalho que tem que fazer, e que a gente está aprovando. Nós estamos sendo levianos de aprovar isso.

Cruz: Eu volto a insistir na fiscalização das atividades licenciadas pelo DECONT, tem sim, fiscalização, e está aberto para ver esses relatórios.

Cons. Cristina: Então por que é que não tem o relatório?

Cruz: A senhora ali procura, então.

Cons. Cristina: Está bom. Eu tenho reunião dia 15 com o metrô. Recebi ontem essa informação, e de novo, Cruz, eu mandei por ofício, cobre o Secretário duas vezes, isso daqui que gerou uma TID, que foi para não sei aonde, porque agora está aqui, o outro está lá no Paraíso, mas a informação que eu recebi depois de muita insistência, foi essa: não existem esses outros relatórios. Porque nós não tivemos como fazer. E olha, Cruz, eu não estou recriminando. Eu estou só ajudando a constatar uma situação trágica que tem nesta



Secretaria como tem em outras. De falta de pessoal. Vocês têm uma carga enorme. Até porque hoje em dia tudo passa pelo Meio Ambiente. Essa Secretaria tem uma carga brutal de trabalho, e não é uma Secretaria prestigiada em termos de corpo técnico. De corpo técnico, não é de qualificação. E de orçamento. Está certo? Porque se fosse, isso daqui tinha que acompanhar par e passo, cada etapa dos empreendimentos que vocês têm que fiscalizar. O DECONT têm duas cargas enormes: uma de aprovar, analisar para fazer a aprovação, e eu preciso dar esse depoimento porque a gente, na Câmara Técnica, discutiu esse projeto exaustivamente. Tinha uma posição de não aprovar. Foi uma canetada nas minhas costas, e eu me senti profundamente ofendida com isso. Quando chegou na reunião, todo mundo teve que aprovar. Então não era um projeto para ser aprovado. Tinha um monte de condicionantes. Algumas delas, muito difíceis de serem atendidas. E não tem o relatório de acompanhamento, porque não foi feito, Cruz. Não existe esse relatório.

Cruz: Eu volto a repetir. A senhora me procura, que eu (incompreensível)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu só queria deixar, antes de passar a palavra para a Conselheira Sônia, o seguinte: é muito fácil, é muito fácil, eu entendo perfeitamente, você tem, como sempre, razão em quase todas as suas colocações. Mas a gente falar que não vamos aprovar nada, vamos fechar todos os parques. Todos os senhores e senhoras aqui, que vão ter que dizer para a sociedade que vocês fecharam os parques. Que a prefeitura quer deixar aberto. As Secretarias que estão se unindo agora para fazer uma gestão, para por a gestão para funcionar, para andar como deveria, que agora estão se compondo, estão se fazendo as equipes, falaram: olha, muito bem, fechamos os parques. Não é tão simples assim. Então eu acho que a gente deveria, com mais cautela, porque eu conheço a sua capacidade técnica, do Alexandre, da Sônia, dos colegas de prefeitura, mas a gente tem que também, usar um pouco olhar para a situação da cidade. Nós queremos seriedade, nós queremos que transcorra da maneira que você está colocando. Da maneira de controle. Mas temos que tomar cuidado. Nós estamos gerenciando não o fundo só aqui. Nós estamos gerenciando 102 parques. Quando você levantou esse problema o ano passado, que foi levado... o prefeito viu, e viu que o orçamento ia ser diminuído, proibiu... ele proibiu que se comprasse, se adquirisse algum terreno para abrir mais parques. Parou. E parou. Como projetos que foram passados aqui, que eram de emergência da prefeitura, e logo depois foi provado tecnicamente que foi levantado aqui que não era, foram cancelados. Foram deixados de lado. Entendeu? Então esse critério, esse cuidado nós temos, e eu entendo perfeitamente o que o Alexandre, o que você e a Sônia falaram. Pois não.

Cons. Cristina: Posso dar uma informação. Nós somos igualmente responsáveis por aprovar dinheiro para projetos que nunca saem. Então a gente é cobrado também, por isso, Luis. E só para fazer história, lá no Parque do Cordeiro, o Conselho Gestor pediu sim, o fechamento do parque. Anunciou aos moradores que a gente estava pedindo o fechamento porque não tinha verba para manejo. Porque tinha acabado um contrato, e não tinha verba. Quem estava lavando banheiro era um morador e mais a administradora do parque. É uma situação absolutamente inaceitável. Nada contra lavar banheiro. Eu lavo banheiro na minha casa numa boa. Mas é um absurdo você deixar aberto um equipamento público sem dar o mínimo de condição para as pessoas frequentarem. Então, o que precisa ficar claro é porque está sendo fechado. E porquê que eventualmente, a gente não aprovaria processos novos, e a gente tem sim, o dever de comunicar. O ônus é nosso, Luis. A gente não está aqui brincando de Conselho. A gente está aqui cuidando da gestão de um recurso público. Se for este o ônus, a gente assume, sim. E se for esse o ônus para a Secretaria, de ter que chegar lá, como aconteceu quando a gente colocou... Nós colocamos um banner lá, dizendo: dia tal este parque vai ser fechado, porque não tem mais contrato de manejo. Não vou dizer que isso tenha sido o motivo imediato, mas o fato é que em dois dias saiu um contrato. Então, prioridade... Outra vez, tem um político conhecido, não vou dizer o nome,



que ele fala: um dos lemas dele, assim: governar é estabelecer prioridades. E tem um outro técnico, um outro político... Político não. É um técnico. Que fala assim: e prioridade é de quem grita mais. Isso daqui estimula as associações de moradores a realmente se mobilizar para conseguir coisas que consideram importantes. E a gente está vendo isso todos os dias. A gente está vendo isso todos os dias.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É. Eu sei. Mas eu, lhe respondendo, eu não entraria nessa parte política, porque aqui não é o momento. Mas a gente sabe como funciona tudo isso. Eu, só voltando ao escopo de administração. Eu acredito que possa ter sido uma coincidência, essa do Cordeiro, mas há muito tempo você vem pedindo, você vem batendo. Ontem você citou o Pinheirinho. Teve a nossa nova gestão. São todos técnicos já conhecidos no mercado, experientes. Como o Carlos está aqui. Como o professor Égis que está tendo uma reunião, o Cruz está no lugar. Dizer para você o seguinte: estiveram ontem lá no Pinheirinho. Está sendo feito um trabalho educacional. Está sendo conduzido. Inclusive, eu abri mão da Ruth, que é do CADES, você conhece. Está participando desse trabalho. Esteve pessoalmente com ele lá. E isso aí é uma somatória de gente que está chegando agora. Não justifica, mas se explica que nós estamos fazendo e estamos tentando dar uma transparência maior ainda à Secretaria. E temos essa dificuldade. E assumimos que a prefeitura tem essa dificuldade, sim. Não é só a Secretaria do Verde. Por isso que nós estamos aqui, com vocês, reunidos, para tentar solucionar esse problema. A Sônia, com a palavra.

Cons. Sônia: Sônia, da Associação Cultural da Comunidade Morro do Querosene. Eu gostaria de falar duas coisas, aqui. Uma é que eu acho que São Paulo, a cidade de São Paulo está em uma mobilização atualmente, sobre várias questões. E uma das questões que a população, como um todo, está vendo, é a questão do meio ambiente. Tanto os moradores que moram em periferia, em situação de risco, quanto os moradores do centro, o meio ambiente, atualmente, é um assunto que é importante. Todas as obras que são feitas, necessariamente passam pelo meio ambiente, por lei. Então eu acho que a gente tem possibilidade de fazer uma pressão com relação ao orçamento do município. Eu acho que 2013 e 2014 não beneficiaram como deveriam ter beneficiado a pasta do Meio Ambiente. E eu acho que a gente aqui, como Conselheiros do CONFEMA, devemos fazer uma pressão para que exista uma maior possibilidade orçamentária para a pasta. E faz parte disso não aprovar propostas que são colocadas. Eu acho que isso é pressionar e demonstrar a necessidade de acrescentar verba para o meio ambiente, é urgente. A gente viveu isso em 2013 inteiro. Então a gente não pode deixar que 2014 passe do mesmo jeito. Eu acho que isso é ponto pacífico. E eu gostaria também, além disso, de fazer uma proposta de procedimento de trabalho aqui, do Conselho, para que a gente pudesse entender melhor como os dinheiros são... porque aqui é um Conselho que trata de um fundo. Se a gente não tem clareza do movimento desse fundo, para mim fica muito difícil, muito difícil mesmo, de responder para a sociedade civil o que eu vejo aqui. Então eu gostaria que... Se eu fosse, na minha metodologia, eu gostaria que, a cada início de reunião, fosse feita uma apresentação sobre a situação do momento, do Conselho. Então, todas as arrecadações, todas as verbas que... todos os contratos que realmente foram firmados. Todos os contratos que não foram firmados e um resumo com uma planilha, que a gente pudesse acompanhar. Eu, realmente, gostaria que isso fosse uma metodologia de procedimento do Conselho.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Conselheira Sônia, concordo. Mas eu gostaria de fazer uma pergunta à senhora: como nós estamos gravando, para ficar claro. Quando a gente fala em orçamento, fala em dinheiro, e a gente fala maior clareza, eu gostaria que a senhora repetisse o que a senhora gostaria de saber. Porque clareza sempre teve, transparência sempre tivemos, e já foi mostrado várias vezes o orçamento por SEMPLA, por SF, por DAF. Então eu gostaria que a senhora, por gentileza, explicasse essa clareza.



Cons. Sônia: Pois não. Eu não estou dizendo que está sendo escondido informação. Não é isso que eu digo. Vocês que estão, dia a dia, com esse orçamento na mão, vocês sabem exatamente o que está acontecendo. Nós, não. Porque a gente não está no dia a dia desse movimento. Eu estou pedindo para que a cada reunião, se inicie a reunião com uma demonstração da situação daquele mês. Porque a gente não está no dia a dia. Isso faz diferença.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito. Entendi agora. Será providenciado. Isso já tinha sido pedido pela Cristina na última vez que nós fizemos a transparência. Que fosse atualizado e mostrasse. Então vou reiterar o seu pedido e o da conselheira Cristina.

Cons. Cristina: Luis, a gente está aqui colocando uma série de questões que nos inquietam com relação ao nosso papel dentro de um Conselho Gestor de um fundo público. Eu entendo, como você falou, a gente tem argumentos. A gente tem preocupações que são consistentes. Todas elas são procedentes. E a gente precisa que isso daqui seja encaminhado... Como a Sônia disse, eu acho que essa proposta eu acho que é fundamental. Nós tivemos algumas surpresas hoje com relação até porque que... porque é que nós estamos sendo chamados com tanta frequência. Mas eu vou fazer uma sugestão ao Conselho, que hoje, a gente não vote nenhum processo. Que a gente dê duas semanas, 10 dias, o que for necessário, para a gente ter essas informações, para a gente poder ter segurança no que a gente vai aprovar. Que a gente possa ter consistência no que a gente vai levar de volta para as entidades que a gente representa. Como você falou, tudo tem um ônus. Mas o ônus é suportado dependendo da argumentação, dependendo da realidade. Então, todos esses processos que estão aqui... eu estou vendo, são prorrogação... quase todos são prorrogação contratual, que eu entendo sim, que são urgentes, são necessárias, mas, como o Alexandre falou, de repente, é mais transparente... você fala em transparência. De repente é mais transparente, com relação à conduta da administração pública, de fato, fechar um parque. Isso daqui pode ser uma... como a Sônia falou, isso daqui pode ser uma forma de pressão necessária. Por que está indo tanto dinheiro para corredor de ônibus? Sem nem muita preocupação com projeto. Por que tem setores da administração pública que são tão mais prestigiadas, e prestigiados, em termos de recurso, do que o meio ambiente. Que é transversal a todas as atividades na cidade. Certo? Então eu entendo que é muito mais digno, Luis, para a Administração Pública, colocar uma placa na frente de um parque, e dizer: olha, por motivo de contingenciamento de verba, não temos como renovar o manejo. A própria população vai fazer pressão. Entendeu? Então, essa coisa de democracia participativa, o conceito é muito bom, mas é difícil de colocar em prática. Está certo? Porque outra vez, você disse que a gente não fala no lado político, mas é impossível você isolar o lado político. O Haddad tem tido atitudes muito corajosas até, com relação a isso. Agora, a gente continuar no mesmo andar como a Sônia falou, reproduzir este ano tudo que aconteceu no ano passado, que era primeiro ano de governo, e a gente tinha essa justificativa, mas quando a gente vê que não para de haver trocas na administração pública, muda subprefeito, muda Secretário... a Administração Pública não está se dando... Esta administração não está se dando a si mesma, o tempo de consolidar essa estrutura operacional, essa estrutura de gestão em cada Secretaria. Muda tudo. Certo? E tem sim, essa disparidade de recursos entre as diversas secretarias. Então a minha sugestão aqui, para o Conselho, é que hoje, a gente suspenda a votação. Que a gente dê 10, 15 dias, o que for necessário, para que todos esses nossos questionamentos sejam atendidos. Nós não estamos pedindo coisas mirabolantes. Nós estamos pedindo, como a Sônia falou, um quadro claro de quanto a gente tem para aprovar. O que está comprometido inapelavelmente, nem que seja só para a prioridade de manter os parques abertos. Quanto é? Quanto dinheiro tem? Não adianta a gente aprovar de novo, e depois não sair o dinheiro. E outra vez, eu insisto na questão do ecoponto. Ecoponto sem reforma da gestão é uma



leviandade que a gente aprova. Aprovar os projetos que a Salete apresentou, todos belíssimos, é uma coisa. Aprovar implantação é outra muito diferente.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só lembrar o seguinte: os contratos... Só Bianca, eu já passo para você. Um minutinho. Lembrar o seguinte: esses contratos, eu vou passar agora para o Jairo falar, o seguinte. Nós não deveremos e não devemos administrar olhando no espelho retrovisor. Nós temos que olhar para frente. Nós não vamos citar gestões anteriores, mas isso vem vindo em uma... vamos dizer, não empurrando, mas vem vindo mal administrado, e de repente, sobrou para a gestão do Haddad, desde o ano passado. Então, o que é? Nós temos uma coisa que o Jairo está lutando, e foi pedido pelo Secretário, inclusive que ontem, que eu desse uma força para entrar nesse meio, que é quebrar os cartéis. Nós não temos um contrato de segurança. Falar: olha, vamos fazer com a empresa hoje, vamos fazer uma licitação, por quê? O Jairo fez isso, eles se combinaram, não apareceu ninguém. Apareceu um novo. Então você é obrigado, por mais três meses, mais seis meses. Por isso que vocês estão vendo esse monte de processos vindo aqui, justamente por causa disso. Então só tem uma forma: a gente está aprovando... O Jairo vai falar agora o total, e já estamos providenciando... eu fui responsável por ter uma reunião com todas, não só com as três, quatro que servem a Secretaria. Com todas as empresas de segurança de São Paulo, que é justamente... eu sei como funciona que eu já fiz isso há muitos anos atrás no Hospital das Clínicas. Descobriram isso e eu estou, fui designado para ajudar, justamente para acabar com cartel. É o cartel de segurança, o cartel de manejo, que o Jairo vem lutando junto com o Persolli, agora com o Carlos, para isso. E nós vamos, sim, acabar. Mas nós temos essa dificuldade e precisamos justamente desse contrato. Jairo, por favor.

Jairo Galera: Bom, senhores, Jairo, DAF, SVMA. Eu vou tirar cópias. Eu tenho aqui o balanço do extrato bancário do fundo. O que eu tenho na conta bancária, o que eu tenho utilizado, o que eu tenho para utilizar. Eu tenho aqui, a relação de contratos que a gente está passando para o CONFEMA, toda vez que eu preciso, para renovar as prorrogações. Para vocês terem uma ideia, até 31/12, nós vamos consumir, do fundo, nos contratos que nós temos em andamento, R\$ 98.822.242,30. Até 31/12. Essa é a minha projeção até 31/12. Se eu mantiver todos esses contratos que eu tenho hoje, os de hoje prorrogando. Porque se eu tiver um contrato novo, com certeza o valor vai ser maior. Aí nós vamos ter dificuldades. R\$ 98.822.242,30. Isso é a projeção do que eu tenho baseado nos valores de hoje. Se eu prorrogar todos os meus contratos que estão em andamento hoje, até 31/12, o meu custo financeiro vai ser esse.

Cons. Alexandre: Jairo, só para entender. Por exemplo, esses novos contratos que nós estaríamos analisando hoje, nessa reunião, e os próximos, estão considerados aí?

Jairo Galera: Estão incluídos aqui. Estão considerados aqui. Não tem nada de novidade aí. Já estão sendo considerados aqui. O que foi aprovado em 2013, e que foi consumido até 31/12/2013, foi consumido. Eles foram prorrogados, entraram para 2014, e a previsão, para 2014 é essa de todos os contratos que eu tenho.

Cons. Alexandre: Mas tem uma parcela dos que a gente aprovou em 2013 que estão congelados e que não estão aí?

Jairo Galera: Não, não, não. O que está congelado... Os projetos de 2013 não estão aqui, gente. Não estão por quê? Não tinha como a gente incluir. Se eu incluir aquilo ali aqui, isso aqui vai estourar, e vai estourar e muito. A gente não tinha condição. Por isso que eu falei no início: a projeção nossa é dos contratos de manejo e vigilância. Nós paramos com as obras. Como o Damasceno falou o seguinte: nós paramos com compras, com



desapropriações, paramos tudo. Por quê? Se eu for por mais parque aqui, eu vou ter muito mais custo. Para vocês terem uma ideia, desses 102 parques, nós temos 80 parques abertos à população. E o restante é parque fechado. Porém, eu tenho que manter a vigilância, eu tenho que manter a conservação lá dentro. Acaba sendo um custo maior. Se eu desapropriar mais parques, vai ser mais despesa, e a gente não tem condição de arcar com isso. Por isso que nós paralisamos todas as desapropriações, o ano passado. Parou tudo. Ah, tem um parque novo? Ah, falaram para nós que ia entrar o parque do Cidade Jardim. Esquece. Nós não temos como dar manutenção nisso. Não temos nem dinheiro sequer, para poder pagar essa desapropriação. Então são coisas que a gente está tomando todo cuidado para evitar que a gente tenha coisas aí, e não tenha para a população. Não dá para a população. Não adianta você ter um parque fechado. Eu tenho 20... Mais de 20 parques fechados. Por quê? Porque eu não tenho condição de abri-los à população. Primeiro que são parques naturais, e que não devem ser abertos. A não ser em casos excepcionais. Porém, se eu tiver que abrir um parque maior desse, para a população, imagina o que eu vou ter de vigilância para colocar lá dentro. Porque hoje, se eu tenho um parque fechado, eu tenho 4, 5 vigilantes. Mas se eu tiver a população entrando, eu vou ter 40, 50 vigilantes lá dentro, para poder dar segurança para a população. Então realmente é difícil.

Cons. Cristina: Dá licença, Jairo.

Jairo Galera: Sim.

Cons. Cristina: Exatamente esse teu argumento é o nosso. Se não dá para ter, fecha. Mantém fechado. Então se já foi aberto, paciência. Fecha. Agora, aqui tem solicitação de recursos para (incompreensível) não liquidadas em fevereiro de 2014. Isso são contratos que foram aprovados em 2013?

Jairo Galera: Sim. Isso foi aprovado na prorrogação. Foram prorrogados, e nós estamos com eles na dotação da Secretaria. Por quê? Porque na ocasião, não houve tempo hábil para se colocar ao CONFEMA. Eu tenho alguns contratos de manejo, alguns contratos de vigilância que estão ainda, na dotação da Secretaria, por quê? Era a única forma de eu mantê-los prorrogados, em andamento. Não havia tempo hábil de serem submetidos ao Conselho. Por isso que a gente tem mantido. Esse que você teve em fevereiro e março, é que a medição ainda não chegou. Ou chegou e está, por algum motivo, está paralisada. Ou não cumpriram algum item do contrato, ou eles não cumpriram alguma documentação. A gente está bloqueando algumas empresas... para você ter uma ideia, até se ele não pagar cesta básica, eu estou bloqueando.

Cons. Cristina: Mas então, o que quer dizer medições não liquidadas? Quer dizer, são medições que já foram feitas, mas não foram pagas?

Jairo Galera: Isso. Estão paralisadas por quê? Porque alguma coisa aconteceu nesse interim, que a gente não tinha como pagar, por algum erro. Para você ter uma ideia, ainda na dotação da Secretaria, contratos que ainda nós mantemos na dotação da Secretaria, até 31/12, se eu prorroga-los, mantendo a prorrogação do jeito que eles estão, eu vou precisar de R\$ 60.142.126,02. Isso, na dotação da Secretaria. É aquilo que a gente vem falando para vocês: o que dá para fazer na dotação da Secretaria, nós estamos fazendo. Aproveitando todo recurso que tem para isso.

Cons. Cristina: Você acabou de falar que ainda estão na dotação da Secretaria. Mas vão passar para o FEMA?



Jairo Galera: Não. Não. Na realidade, é o que a gente acabou de falar e que a gente vem falando em todas as reuniões. Todos os contratos em que a Secretaria puder manter, a gente vai manter na dotação da Secretaria. Agora, se não der, nós vamos ter que pedir para o fundo. Alguns contratos hoje, que estão no fundo, e que poderão voltar para a Secretaria, com certeza. Eu, tendo recurso, eles voltam. Eu não vou manter no fundo.

Cons. Cristina: Você desculpe. É que eu entendi, do que você falou antes, é que os contratos de manejo que ainda estão na dotação orçamentária serão transferidos para o fundo.

Jairo Galera: Não necessariamente. Só serão transferidos se não houver recurso. Se eu não tiver recurso, eu vou ter que apelar para o fundo.

Cons. Cristina: Pelo que eu estou entendendo, o planejamento da Secretaria está prevendo que todos os contratos de manejo sejam transferidos para o fundo.

Jairo Galera: Não. O planejamento da Secretaria, para 2014, foram 450 milhões de reais. Para ter todos os contratos na Secretaria. Infelizmente, com os cortes, as mudanças todas, esses problemas todos, de 450 milhões que nós pedimos para 2014, nós recebemos 207. Então eu não tenho como manter todos esses contratos, são quase 140 milhões por ano, de contratos. Só de manutenção, manejo e vigilância. Então eu tinha... Nós fizemos a previsão, isso, para 2014, dentro da dotação 2710, que é a dotação da Secretaria. Do orçamento da Secretaria.

Cons. Cristina: Quanto que é o total de manejo por ano, que você falou agora?

Jairo Galera: Somando o manejo, que é a manutenção, limpeza, poda de grama e vigilância, dá 140 milhões desses parques que nós temos. É muito dinheiro, e que a gente, infelizmente, está fazendo... como diz, a gente diz, a gente está vendendo o almoço para pagar a janta. Nós estamos com um monte de dificuldades. Dentro da posição de vocês... ah, nós não vamos aprovar mais, porque nós queremos o relatório do que já está acontecendo. Vai ficar difícil. Porque aqui, nessa relação, nós temos 14, 13 parques aí, que poderão ser fechados. Porque não tem como manter.

Cons. Cristina: Essa posição que a Sônia acabou de colocar, reforça a minha posição desde o começo disso. Que tudo isso, tinha que ser feito com dinheiro de orçamento. Então, só estou reiterando que eu vou continuar não aprovando... Eu quero só fazer mais um comentário aqui. Tem outra proposta que é solicitação de recursos para abertura de processo licitatório para contratação de serviços. É abertura de processo licitatório para o parque do Grupo Ciência. Então na verdade, não é aditamento. Não é prorrogação de contrato. Não é nada. Quer dizer, é um contrato novo. Então outra vez, quer dizer, era hora de parar. Não vai abrir nada novo, que vocês não têm dinheiro para fazer o que já está andando. Se não tem um contrato que precisa de aditamento, então segura o barco.

Jairo Galera: Por que do contrato novo, Cristina? A empresa não quer prorrogar. Se a empresa não quer prorrogar, eu não posso deixar o parque aberto. Por outro lado, eu tenho recursos previstos para suportar isso aqui até 31/12. Eu posso fazer a contratação, por quê? Se ela não quer prorrogar, esse recurso que eu tenho disponível até 31/12 eu vou utilizar para o novo contrato. Com certeza. Então não há uma perda.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só com licença interromper vocês, mas se nós formos discutir laudo por laudo, nós vamos fazer duas reuniões. Então já vai ser lido isso pelo Rubens. Então vamos dar sequência. A palavra para o Conselheiro Cruz.



Cons. Cruz: Cristina, só um esclarecimento. Você citou sobre os corredores, e como estou no DECONT, sou obrigado a te explicar. A quantidade, o DECONT não entra nesse mérito. Mas todos que forem decididos, todos tem projeto, sim. Não há licenciamento sem apresentação dos projetos. Porque você disse que nem sabe se alguns têm projetos ou não. Todos, para ter licenciamento, é obrigado ter o projeto.

Cons. Cristina: Cruz, eu agradeço a atenção de me dar esse retorno. Eu acho que era importante combinar outro horário para a gente ver isso. Porque eu tenho a informação da CET que não foi, até agora, consultada, para saber como é que vão operar esses corredores. Mas tudo bem. Não é uma questão para este fórum.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Aqui não é fórum para isso. Está disposto o diretor do DECONT a receber você lá, mostrar o projeto. E Bianca, com a palavra. Antes de eu passar para o Rubens. Alexandre quer falar também? Pode falar, por favor.

Cons. Alexandre: Não. É uma pergunta, que aí passa para o Jairo e para a Bianca. Ainda na tentativa de entender essas contas que são complexas, vocês sabem. Se deve ser complexo para vocês, imaginem para nós, que não somos especialistas em orçamento. Então, dentro disso, desses 98 que é projeção até 31/12 para manejo, eu gostaria de saber então, dentro dessa nova previsão do FEMA, considerando o superávit do ano passado, e o que vai entrar desse ano, quanto que a gente iria utilizar, e de que rubricas, de que linhas, aí, de que receitas?

Cons. Bianca: A gente tem livre, para gastar aí, em torno de uns cento e pouco, por enquanto. A gente tem essa... Assim, eu acho que concretamente, a gente vai ter uns 20 milhões livres para gastar, sem considerar o manejo. A gente não tem certeza disso ainda, porque a gente não tem... Tem uma previsão de receita, que a gente não sabe se se confirma ou não. Em caixa tem bastante, viu gente. Em caixa, deixa eu confirmar aqui. Olha, pelo relatório que a Laressa... Eu fiz uma reunião com o pessoal do orçamento, com o pessoal que faz a relação dos manejos, com a Laressa, em caixa, hoje, dia 6... não sei hoje. No dia 6, a gente tinha em caixa, 228 milhões. O problema é que desses 228 milhões, a gente não pode gastar ele todo. Porque tem vinculação de recursos. Então, de TCA, a gente tem 73 milhões que a gente não pode mexer nele. Que a gente pode só para desapropriação e cercamento. Levando em conta que a gente acha razoável não fazer desapropriações porque a gente não tem dinheiro para manter, que é exatamente esse o problema que a gente tem hoje, foi feito de uma maneira irresponsável a abertura de um monte de parques... não estou fazendo nenhuma crítica... Eu acho que a gente tinha que fazer parques, sim... Não. Eu também acho. Eu acho que é importante fazer parque. Mas eu acho que existe uma responsabilidade de mantê-los. Hoje, o que a prefeitura arrecada de dinheiro, não é suficiente para manter a cidade, praticamente. A gente tem aí um valor de mais ou menos mil reais por pessoa, por município, por ano. Mil reais que o município, por ano, não é nada... Gente, está funcionando o microfone? Mil reais por município não é nada. Isso não garante que a pessoa... o lugar que ela vai passar, o ônibus... Isso não dá. Entendeu? É por isso que a gente está com um problema tão grande. A Secretaria do Verde, ela está longe de ter o menor orçamento dentre as Secretarias. A Secretaria de Subprefeituras teve um absu... assim, o que elas vão fazer esse ano é só a zeladoria e o básico. Não tem dinheiro para fazer nada. Esse ano a gente está, ano de vacas magras. A gente realmente espera que a gente consiga soluções. Vai aprovar no Senado, talvez, uma flexibilidade, aí, em relação à renegociação da dívida com a União. Por enquanto, para conseguir votar, a gente está tirando, inclusive... a gente queria mudar. A gente, hoje, paga do tesouro, 13%. A gente tem que pagar a dívida. 13% do que a gente arrecada, a gente tem que pagar. A gente quer mudar isso. Mas para votação, seguir em frente, acho que vai ter que, inclusive, que tirar isso. Não sei como é que está a votação no Senado. A principal



conquista em relação a esse projeto no Senado, é a gente conseguir fazer novos empréstimos que hoje, a gente não consegue nem fazer. Então assim, a gente supercompreende os problemas. A gente tem problemas não apenas no Verde. A gente tem problemas na área de Saúde, de Esporte. O dinheiro da Cultura está superpequeno. Da Assistência Social. Assim, essas outras Secretarias, que são mais... Elas têm o salário... um orçamento superpequeno, pela quantidade de projetos que a gente gostaria de fazer, de melhorias na cidade. Mas é realmente muito difícil você conseguir alocar recursos para todo mundo, para continuar mantendo o serviço na cidade. Assim, eu posso até te passar uma apresentação, que a gente chegou a fazer. Você é nova. Bem-vinda. Eu concordo plenamente com você que tem que ter um esclarecimento. Eu não sou especialista em orçamento. A minha Secretaria é de Planejamento, mas a gente está virando especialista em orçamento. E tudo que eu puder para esclarecer de dúvidas, conte comigo. E eu acho que você falou é nesse caminho mesmo. A gente tem que entender, para a gente conseguir trazer propostas, ajudar, de fato, assim. Porque a gente realmente não tem dinheiro para aumentar... Para mandar mais para o Verde. Assim, está muito enxuto, a gente não está fazendo quase investimento. Está uma situação complicada. Eu ia falar mais alguma coisa, mas eu esqueci.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Esqueceu?

Cons. Bianca: Vamos votar?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não. Vamos passar...

Cons. Alexandre: Só um esclarecimento mais ainda em relação a esses números. Pontual. 120 então, aproximadamente, aí, para esse ano. Consumiríamos 98... assim, em relação a... livre. Fora o que está vinculado.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: 98. 98. Só...

Cons. Alexandre: E aí, esses 120 são todos oriundos de receitas diversas?

Jairo Galera: Isso. Que não especifica que é a do TCA. O resto está tudo aí.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agora, com a palavra, o Ricardo Brandão, chefe de gabinete.

Ricardo Brandão: Só para pontuar, eu acho que são duas questões importantes. Primeira, sempre bom lembrar, como já dissemos na outra reunião, como o presidente Lula diz reiteradamente. Democracia não é um pacto de silêncio. Então assim, nós estamos em um fórum absolutamente democrático, e temos que expor as nossas ideias, e debater democraticamente, em cima disso. E o segundo ponto é que, talvez não tenha ficado claro, nós estamos chegando agora, há um mês, um mês e pouquinho... mas nós estamos vivendo na prefeitura uma situação de guerra. Isso talvez não tenha sido pontuado. Só para lembrar um pouco, o ano passado, aquelas manifestações. Basicamente sobre tarifa de ônibus, as quais foram mantidas constantes. Como se nós vivêssemos no mundo do Disney. Final feliz para todo mundo. Sobe gasolina, sobe diesel, sobe salário, sobe tudo, mas a tarifa permanece a mesma. Não fecha, essa conta. Não tem como fechar. Então a prefeitura, eu acho que foi a Bianca colocou agora... e acho que o Jairo colocou quando eu estava chegando, nós estamos em guerra. E houve um corte do Ministro Joaquim Barbosa, monocraticamente, que cortou o IPTU. Dos 5.565 municípios, 4 ou 5 tiveram cortes no IPTU. São Paulo foi um deles. Então assim, nós estamos em uma situação de guerra. Então os argumentos que nós estamos usando são argumentos de guerra. E em uma guerra... eu



lembro que eu tive um professor na GV, que falava que os suíços eram na linha batata na janela. Porque os suíços, eles não tinham o que comer. Então as floreiras nas janelas, eles plantavam batata. Então nós estamos nessa situação, gente. Isso é uma realidade. Que podemos discutir 98, 96, 120, essa é uma realidade. E historicamente, outra realidade que nós vamos esse ano estruturar isso para 2015, é que a quantidade de parques que foram abertos na cidade de São Paulo, que é muito importante, não tiveram respaldo financeiro. Ninguém se preocupou com isso. Ah, é bom ter 106 parques? É maravilhoso. Vamos para 140. 150. O plano diretor está em discussão. 161 parques. Maravilha. Precisa ter vigilância, precisa ter manutenção, e precisa ter manejo. Aí ninguém quer por dinheiro. Aí lembra aquela multa. Todo mundo quer ir para o céu, mas ninguém quer morrer. Então assim, nós precisamos ter muito claro que esse ano é um ano de guerra. E a partir do ano que vem, nós vamos ter que fazer um equilíbrio entre o número de parques e o orçamento, que é uma briga que nós vamos começar agora, no orçamento-programa de 2015. Nós vamos estabelecer índices que não pode abrir parque assim. É fácil abrir parque. É uma DUP. Acabou. E aí, ninguém pensa na manutenção. É que nem o carro. Você compra o carro, tem que ter seguro, paga o IPVA, tem gasolina, tem revisão, tem peça. Então assim, nós vamos ter que ter muito critério e tanto o Secretário Wanderley como eu, nós somos planejadores. Nosso foco é planejamento. Nós vamos estabelecer: vamos abrir 15 parques a mais, vamos. Cadê o recurso? Aí SEMPLA, SF, Secretaria de Governo, todo mundo vai estar envolvido nessa discussão. Se não tiver recursos, nós não vamos abrir. Não tem essa. Não existe na possibilidade. Porque isso é irresponsabilidade. É fazer caridade com o chapéu alheio. Então assim, eu encerro aqui a colocação dizendo que... só para a gente levar em conta, pelo menos até... Jairo, você que está indo aí em SF, SEMPLA, acho que vai durar alguns meses ainda, essa briga, essa guerra. Então só para pedir, obviamente, sem querer demover ninguém dos seus votos. Obviamente a democracia está aí. Mas eu queria agregar essa discussão. Viu, Bianca, só para você saber, coloquei aqui que nós estamos em guerra esse ano. Teve a manutenção das tarifas de ônibus, e teve o corte do IPTU. Então assim, o que nós estamos discutindo... e acho que nós temos razão. Nós todos aqui. Mas nós estamos em guerra. Só isso, obrigado.

Cons. Cristina: Luis, posso fazer um comentário?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Cons. Cristina: Todos esses argumentos, Ricardo, eu acho que, na verdade, permitem dois olhares. O fato de ter havido a manifestação de junho, e a manutenção das tarifas, podia gerar, podia motivar uma conduta da prefeitura mostrando claramente onde é que vai faltar. Então se... está bom. Para manter isso, ficou um buraco. Mostra onde é que está faltando. Está faltando para parque, fecha parque. Essa mensagem da administração pública tem que ser clara, está certo? Porque no fim, a gente fica aqui aprovando ações, aprovando coisas que não tem respaldo financeiro. É a mesma coisa. Vou falar outra vez. Aprovar ecoponto nesta altura é uma leviandade. Porque não tem dinheiro para fazer uma gestão decente. Então a gente tem que ter, além do critério... não, tudo bem, a prioridade é manter os parques abertos, tem que ter uma maneira de comunicar, na prática, como para a população, que não está aqui. Que não vem aqui para conversar com vocês, que não tem proximidade para conversar com a Administração Pública, mas sabe ir para a rua para fazer manifestação. O cobertor é curto. Isso daqui está todo dia no discurso. Mas onde é que está na prática? Como é que a população pode perceber, na prática, que não dá para tudo? Você não abrir um parque é uma ótima providência. No mínimo, responsável. Não abrir um ecoponto também. Agora, a população precisa ser comunicada, precisa ter uma mensagem subliminar que não seja obscura, para entender que está acontecendo isso. Agora, o que acontece? É ruim para o governo comunicar que não tem dinheiro. Fica feio para o governo dizer: ah, não vou fazer uma creche porque eu não tenho dinheiro. Até porque é um



argumento histórico. É sempre esse, o argumento. Agora, administrar a fatura é fácil. Administrar a carência é que é complicado. Aí é que precisa criatividade. Aí é que precisa jogo de cintura. Aí é que precisa acordos éticos, lógico, para dar conta do que tem que fazer. Então, se não dá para manter os parques abertos, fecha parque. Bota lá, o dinheiro não dá. Mas discute isso com a comunidade. Discute isso aqui no Conselho. Discute nos outros Conselhos. Certo? Porque senão nós vamos, eternamente, reproduzir este mau hábito de ficar meio tapando o sol com a peneira. Essa questão da falta de dinheiro é tão recorrente, mas é tão recorrente, que dá até um pouco de preguiça de pensar. É sempre o mesmo argumento. Não tem... a prefeitura... você comentou, Luis, que a subprefeitura não mandou projeto. Não tem quem faça projeto na subprefeitura. Aqui não tem quem faça fiscalização. Aqui não tem quem acompanhe os trabalhos todos. O Carlos acabou de chegar. Não tem gente. Não tem equipe no DEPAVE 5. Outra vez, eu vou reiterar. É gestão. Administrar fatura é muito fácil. É para países ricos. Não é para o nosso caso, que... está bom. Somos uma cidade rica, mas tem tanto vazamento, que... já houve essa conta também. O que a gente deixou de arrecadar com o aumento do IPTU, é menos do que foi roubado da prefeitura por inépcia administrativa.

Ricardo Brandão: Cristina, eu não sei. Eu tenho 51 anos de idade completados ontem, eu nunca vi um prefeito congelar tarifa de ônibus por causa de manifestação. Eu não vi. Se alguém aqui viu, eu nunca vi. Então é uma situação emergencial. Pode até que os argumentos recorrentes anteriores tenham sido usados. Mas congelar tarifa por causa de manifestação, foi a primeira vez. Como diz o Lula, nunca dantes na história desse país. Segundo, o corte no IPTU também foi a primeira vez, pelo juiz do supremo, monocraticamente. Nunca houve, nos meus 51 anos de vida, um juiz, monocraticamente, decidir isso. Então assim... não ter... falta dinheiro pode até ser um argumento utilizado nos últimos 51 anos. Mas na prática, esses dois fatos são únicos. Nós não podemos tapar o sol com a peneira. E segundo, o prefeito Haddad demorou 10 dias, o ano passado, para justamente, colocar essa questão do congelamento, porque ele sabia que ia faltar. E ele foi muito claro onde ia faltar. Ele publicou, no site da prefeitura. Foi amplamente divulgado na imprensa, o que ia perder em transporte, o que ia perder em creche, o que ia perder em hospital, o que ia perder no meio ambiente, o que ia perder em tudo. E o que é interessante, porque nas manifestações de junho, não houve nenhum cartazinho contra a Controlar, que drenou centenas de milhões de reais da prefeitura em dez anos de trabalho, e não houve ninguém contra. Teve que o prefeito Haddad assumir, para peitar essa situação esdrúxula, e ridícula, que só a cidade de São Paulo, no Brasil, faz controle de inspeção veicular por obrigação. Então assim, nós estamos... é bom pautar, porque senão, ficam argumentos genéricos, mas existem umas situações específicas que nós temos que levar em conta. E nós temos dinheiro, sim. Nós nunca falamos que nós não temos. Nunca. Está aqui. Está para ser aprovado. Então, quando a gente quer ter uma solução flexível, aí não pode, porque o CONFEMA não quer aprovar. Entendeu? Essa situação aqui é uma situação de guerra. Está no seu discurso de flexibilidade de solução. Essa é uma solução possível. Só que aí não pode. Aí fecha parque. Não vamos fechar parque. Não tem como, gente. Então fecha uma creche. Não tem dinheiro, fecha uma creche. Tudo bem. Isso não existe. Quer dizer, a democracia... isso que eu estou pautando é que uma... essa solução não existe, fechar parque. Isso está fora. Essa gestão não vai fechar. Pode até demorar para abrir, mas fechar, não vai. Então assim, nós temos que ter muito consenso porque nós estamos discutindo uma política pública municipal. Então vamos fechar o parque. Não, o parque pequenininho ali, atende 2 mil pessoas. 2 mil pessoas serão prejudicadas. Então assim, nós temos dinheiro, não é fatura, mas nós temos. Tanto temos que estamos aqui. Senão a gente nem estaria nessa reunião. Não tem dinheiro, vai fazer reunião para quê, certo? Dinheiro tem. Não tem para tudo. Então é diferente o corte orçamentário, o congelamento,



de inexistência de recurso. Nós temos, e essa é uma solução alternativa que nós pretendemos que não seja eterna. Então precisa pontuar isso também.

Cons. Cristina: Como eu sou ativista urbana, só fazer o seguinte comentário... a reunião de junho que você nunca viu, eu sou muito mais velha do que você, é porque houve, felizmente, um amadurecimento desse conceito de democracia participativa. As pessoas, hoje, têm mais... estão ainda tateando, mas hoje, têm muito mais envolvimento, as pessoas têm mais consciência do seu poder dentro de uma administração pública.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Diante do andar da carruagem, da hora, vou passar para o Rubens. Só lembrando você, mais uma vez, Cristina. O FEMA tem equipes sim, para os contratos que ela tem. Ela tem, e está gerenciando muito bem. Rubens, com a palavra.

Cons. Alexandre: É só um complemento aqui, muito breve, mesmo, em relação aqui, ao orçamento. Só porque no começo da reunião nós estávamos discutindo, Ricardo, que ano passado e no início desse ano, a gente tinha uma previsão de recursos, e de distribuição dos recursos do FEMA. Essas regras mudaram, e a gente só foi informado disso por um questionamento da própria Cristina. E depois pelas informações da Bianca, claro. Mas a gente não foi informado disso com antecedência, para poder decidir a aplicação do fundo. Com essa alteração, o que a gente utilizaria do fundo de 66 milhões para manutenção dos parques, vai para 98. E vão sobrar aí, "sobrar", vão ter disponíveis, cerca de 20 milhões para outros projetos. Isso vai ter uma implicação. Vai implicar em cortes de outras coisas que nós tínhamos planejado. Provavelmente educação ambiental, tanto para os projetos da própria Secretaria, quanto para projetos da sociedade civil. E várias outras atividades aqui que eu estou vendo, que não são de recursos vinculados. O que é de recurso vinculado, o FEMA vai garantir. Mas o que é de receitas correntes, e da multa por inspeção veicular, vai ter que ser cortado. E a gente precisa ter essa dimensão do que vai ser cortado, para decidir aprovar ou não a utilização desses recursos para manutenção dos parques com consciência. Porque senão, a gente está aprovando a manutenção dos parques sem saber o que a gente está perdendo nessa medida. Porque o recurso vai ter que ser cortado. É isso. É a situação.

Orador não identificado: Alexandre, não é? Bom, assim, em nome da Secretaria, eu acho que houve, pelo que você está falando, uma falha aí de gestão. E pedimos desculpas por isso. Acho que isso não vai se repetir. Espero que na nossa gestão, se isso for mudado, vai ser discutido das formas cabíveis, dentro das regras aqui estabelecidas. E eu entendo... Isso daqui é o seguinte: nós estamos... veja bem, nós estamos em uma fotografia. A fotografia é essa. Não quer dizer que não vá ter mais recursos. Então assim, precisa ficar muito claro que o dinamismo, Cristina, ele é muito constante na vida e na vida da gestão pública. Hoje, o Jairo está trazendo os dados aí, de acordo com a realidade do dia 11 de abril de 2014. Então assim... exemplos: nós estivemos ontem com o consulado britânico, com o Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido que tem algumas centenas de milhões de libras para investir em projetos de verde e meio ambiente na cidade de São Paulo. Tem interesse. Tem o fundo de cooperação, etc. Por que não pode vir mais recursos? Não pode? Está proibido? Rubens, está proibido vir mais recursos?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não está.

Orador não identificado: Então é uma fotografia que nós estamos analisando. Então a fotografia de hoje nos leva a isso. Ah, veio... fechou a cooperação, nós estamos... o governo do Japão tem interesses aqui. Nós estamos fazendo negociações. A Alemanha tem interesses aqui. E nós vamos trazer mais recursos. É claro que nós vamos. Então assim, em



uma guerra, você tem que fortalecer a infantaria, fortalecer a cavalaria. A guerra, ela é dinâmica, também.

Cons. Cristina: Isso é gestão criativa.

Orador não identificado: A Noruega, bem lembrado. A Noruega teve um evento aqui no parque, em março, a Noruega está interessadíssima em fazer investimentos aqui. Então assim, nós estamos nos movimentando, não para chorar sobre o leite derramado. Mas comprar uma vaca nova. Eu acho que esse é o ponto.

Cons. Sônia: Eu acho que o nosso questionamento aqui foi exatamente nesse sentido. De que a gente aqui, como representante da sociedade civil, a gente estava... está ainda, sem informação suficiente para conseguir se posicionar. Então por isso que a gente está solicitando que a cada início de reunião seja feita uma apresentação das perspectivas de novas arrecadações, do orçamento em caixa, do orçamento já carimbado. Isso, para a gente, é muito importante. Porque a gente não está aqui para ficar aprovando ou desaprovando, entendeu? A gente está aqui para realmente saber a situação do Fundo Especial do Meio Ambiente do Município de São Paulo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Está bom.

Jairo Galera: Só um instantinho. Jairo, do DAF. A gente pretende, a partir da próxima reunião, antes de iniciar, a gente traz todo o mapa dos recursos do banco, do FEMA, e um mapa com o que está sendo utilizado até agora. A gente tem esse controle, diário. A gente mantém um controle. Mas a pedido de vocês, a gente, com certeza, antes de iniciar a reunião, a gente faz uma explanação rápida de quanto tem no fundo, e o quanto está sendo gasto, e aonde. Quanto ao questionamento dos 20 milhões, 20 milhões para a quantidade de projetos... é 1,5 milhão que foi aprovado na outra reunião. Está dentro desses 20 milhões. Se aparecer mais alguma coisa, vão estar, com certeza, dentro desses 20 milhões. A gente manteve, pelo menos, esse valor aí, disponível, para uma eventual necessidade, um eventual projeto, alguma coisa que entrar. Mesmo porque, a gente sabe que mesmo os 1,5 milhão, se vocês apresentarem projeto, é possível que você não gaste até 31/12. A gente sabe disso. Todos os projetos nossos, mesmo as nossas obras, que a gente vai iniciar... eu posso iniciar e terminar ela em 3 meses. Mas se eu inicia-la em agosto, setembro, eu vou terminar o ano que vem. Quer dizer, recurso, o que sobrar, o que não for utilizado, volta para o fundo. A gente sabe disso. Nenhum recurso do fundo é perdido. O que não é gasto, ele fica em caixa. Então a gente não corre mais esse risco. Pelo menos, a gente tem trabalhado para que esse planejamento se mantenha.

Cons. Alexandre: Jairo, mas mesmo assim... Não estou falando só dos projetos da sociedade civil, que é uma parcela pequena. Mas dos projetos que vocês dispuseram aqui no planejamento, com recursos do FEMA, não dá para cobrir com os 20 milhões. Então, além dessa estimativa do extrato aí, digamos, da conta do FEMA, e do que já vai ser comprometido, que vocês refaçam esse planejamento. Porque eu quero saber onde que a gente vai perder. Se nas ações da UMAPAZ, nesses polos de educação ambiental, nas centrais de triagem, nos ecopontos. Só ecopontos, central de triagem, ações de educação ambiental e esses polos, já passou os 20 milhões, entendeu? Eu estou fazendo um raciocínio rápido, aqui.

Cons. Cristina: Eu queria colocar a sugestão da Sofia que é a minha suplente, vai me substituir já, já. Que esse balanço dê conta por projeto. O que a gente aprovou, em que pé que está, quanto que foi aplicado já, se, como a gente soube hoje, vai haver itens que não vão ser executados. Vão ser preteridos...



Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Nós vamos montar uma planilha. Já está anotado, isso, desde o começo que você pediu. Vai ser feita uma planilha a pedido do chefe de gabinete, e a gente vai apresentar.

Cons. Cristina: Certo. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O Chefe de Gabinete quer falar.

Chefe de Gabinete: Não. Eu acho que é só para o Jairo. Eu acho que talvez essa planilha, também nesse tamanho já fica difícil da gente enxergar, nessa fonte aqui. Talvez mudar só a planilha, de forma mais didática, mais fácil para todo mundo entender. Eu também estou com uma séria dificuldade, por problema de visão aqui, que está meio difícil. Talvez fazer uma planilha... essa seria uma planilha detalhada, e fazer uma macro. Uma macroplanilha em cima dessa com esses dados. É isso.

Cons. Sônia: E que a gente pudesse receber junto com a pauta. Para poder acompanhar também. E só mais uma coisa, eu queria... o Ricardo não estava aqui, as colocações que a gente faz aqui, são no mesmo sentido que você falou: de que a gente está pedindo um reforço de atenção para o meio ambiente, na cidade de São Paulo. Então as nossas colocações aqui foram nesse sentido. E a gente, inclusive, pediu para que hoje não tivesse os votos para esses projetos, para que a gente pudesse votar com consciência do que a gente está votando. E o nosso direcionamento é como o Fundo Especial do Meio Ambiente solicitar à municipalidade a atenção a isso. Então a sua colocação de que a Secretaria está indo atrás de recursos extraordinários e extra FEMA, para a gente, é importante, essa informação.

Orador não identificado: Sônia, acho importante... e nós estamos juntos. Quer dizer, eu acho que até a Controlar, cujas multas revertem para cá, só para deixar claro isso, que é uma coisa muito louca, mas enfim... Mas é que essa é uma reunião extraordinária. Eu acho que em uma reunião ordinária, eu acho que nós temos a obrigação de progredir. Quer dizer, o que eu gosto muito é da melhoria contínua. Quer dizer, nós vamos trazer uma planilha na próxima reunião ordinária, que talvez não seja definitiva. Pode ser que tenham ajustes a serem feitos. Na outra nós traremos mais uma. Melhoria contínua... atualizar... não, olha, tem muita pauta. Então, é o nosso foco. É o nosso foco. Ordem do dia, talvez?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Ordem do dia, Rubens, com a palavra.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom, então, como de rotina, a gente vai votar os projetos, e eu vou ler o primeiro relatório na íntegra, e depois os outros, a gente só lê a análise e a conclusão. Então o primeiro ponto da ordem do dia é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual dos serviços de manejo e conservação do Parque do Ibirapuera. Processo é 2010.0.316.024-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta: R\$ 1.901.262,39. Análise da proposta: trata a presente proposta, de prorrogação, por mais 90 dias, a partir de 1/5/2014 do contrato de serviço e manejo e manutenção e conservação do Parque do Ibirapuera, cujo objeto inclui serviço de manejo da vegetação, manutenção de gramados e áreas ajardinadas. Coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, limpeza e higiene dos sanitários públicos, manutenção preventiva e corretiva básica das edificações, e instalações sob responsabilidade da administração do Parque do Ibirapuera, com vencimento previsto para 30/4/2014. Em folhas 1020 do processo, a contratada se manifesta pela prorrogação do contrato por 90 dias. Em folha 1021, foi juntada a manifestação da unidade fiscalizadora do contrato, que atesta a necessidade de prorrogação tendo em vista as dimensões do referido parque e a quantidade de instalações do mesmo. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da



qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes e proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do plano diretor estratégico do município de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF, sob folhas 1023, com relação à necessidade de realização da manutenção e preservação das áreas verdes do município. Destaque se dá, ao fato mencionado, de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para realização da proposta ora apresentada. Sendo assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de despesas correntes para prorrogação do presente contrato. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal do meio ambiente do Sistema Nacional de Meio Ambiente: em folhas 809 a 814, consta a manifestação da Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos da prefeitura de São Paulo, com parecer favorável à utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, FEMA, para manutenção da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores de urbanização do município, e que os parques integram as áreas verdes de proteção integral. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Que determina explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se precipuamente a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Ainda preconiza o parecer que o próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14887, artigo 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, estabeleceu, entre as diretrizes para utilização de recursos do FEMA, a expansão, manejo e conservação de áreas verdes, e unidades de conservação e parques urbanos, lineares e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município da Secretaria de Negócios Jurídicos, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 1.901.262,39, visando a prorrogação contratual por 90 dias, a contar de 1/5/2014. Respeitada a utilização da dotação própria atribuída às despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, alguma observação? Vamos à votação?

Cons. Cristina: É porque há pessoas novas aqui. Eu tenho reiterado isso em todas as reuniões. Como tem pessoas novas na diretoria, eu vou só contar porque que eu voto, sistematicamente, contra esse pedido de recursos. O próprio texto fala que, por falta de recursos no orçamento, isso daqui... estão pedindo dinheiro para o fundo. E eu, desde o início, eu li os processos todos, e vi que o jurídico desta Secretaria se opôs a esta aprovação. Aí foi encaminhado para a Procuradoria, e a Procuradoria deu outro parecer. Portanto, eu acompanho a posição do jurídico desta Secretaria. Entendo que esse dinheiro não tem que sair do FEMA. Entendo como a Sônia já falou, a gente tem é que cobrar mais recursos para esta Secretaria, ao invés de ficar recorrendo ao fundo, que teria outras utilidades. Eu vou pedir desculpas, Luis, que eu vou sair. A Sofia está aqui. Ela me substitui. E Ricardo, vou reiterar também o que a Sônia falou: a gente não está contra a Secretaria. Quando você diz: não, aí vem aqui, e o CONFEMA não aprova... O CONFEMA está no seu papel. A gente tem que discutir, tem que analisar, tem que questionar sim, e tem que atuar



com responsabilidade. Então não é que a gente não aprova. Quer dizer, a gente não aprova quando entende que realmente não deve aprovar. Obrigada, gente. Até a próxima.

Ricardo Brandão: E Cristina, a democracia não é um pacto de silêncio. Tem que se manifestar. Vamos lembrar sempre disso. E eu tenho que me manifestar também, com os meus argumentos. A democracia é isso.

Cons. Alexandre: Só para a gente se posicionar aqui nas decisões, vendo aqui o orçamento do FEMA, e o que vai mudar, a gente tem, pelo menos aí, 44 milhões que iriam para ações de educação ambiental, da própria UMAPAZ, da Secretaria do Verde, para as ciclovias, para centrais de triagem, e para os ecopontos. Não teremos esses recursos. Porque aumentou de sessenta e poucos para 98, o que a gente vai consumir de manutenção. Isso, eu não estou nem considerando a parte de reforma dos parques, que é um valor alto, e que tudo bem, está congelado. Se a gente está difícil de manter o parque, quem dirá reformar. Então, não estou nem considerando. Mas esses outros projetos, vai ter uma implicação. A gente vai ter uma limitação no cenário atual, nessa atual fotografia, que por enquanto, a gente tem que se basear nela. A gente tem uma restrição, por exemplo, para implantação da política do Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Não há recursos para isso. Então, qual que é a prioridade? Estou pensando alto, também. Não tenho nenhuma posição fechada. A prioridade é a gente manter o parque aberto, essa é a melhor estratégia, correr atrás de outros recursos, ou a gente solicita mais recurso para que... de dotação orçamentária própria, enfim... Porque a gente está tirando recursos do FEMA, que iria para outras áreas também, prioritárias, e que não vai ter.

Secretário Executivo Rubens Borges: Podemos ir à votação, então?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A Bianca. E eu solicito aos senhores Conselheiros, como a democracia, disse... citou o Ricardo, e vocês sabem que aqui vocês podem falar à vontade, que o assunto em votação não é o ecoponto. Então vamos processo por processo. Não? É o Parque do Ibirapuera, o primeiro. Pode falar. A Bianca está com a palavra, Sônia.

Cons. Bianca: Só para esclarecer, em nenhum momento a gente não está garantindo os editais. Que eu acho que é uma reivindicação da sociedade civil. Na verdade, o valor dos editais, ele não é um valor tão grande. Então ele está garantido. Vocês não precisam se preocupar, que a sociedade civil, ela está beneficiada pelo FEMA. A questão é que a gente não tem como lançar um milhão de editais. Por uma questão, inclusive, de... Então só para dizer que assim, além daqueles projetos que a gente pode oferecer para a sociedade civil, a gente tem mantido o superávit do FEMA porque a gente não tem conseguido gastar. Então assim, o FEMA não é poupança. A gente não está guardando dinheiro para fazer alguma coisa, nenhum planejamento. A gente pode gastar com a gestão ambiental. Acho que a função do FEMA, inclusive, é olhar para a gestão ambiental. E a gestão ambiental inclui vários equipamentos que estão relacionados à Secretaria do Verde. Então assim, só para dizer que ninguém vai sair prejudicado com o gasto desses orçamentos. A gente quer guardar dinheiro. Mas a gente quer guardar dinheiro para quê? Para quem? Só isso. Só para dizer que os editais estão garantidos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Sônia, com a palavra.

Cons. Sônia: Eu só queria falar...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Se identifique, por favor. Sônia, se identifique, por favor.



Cons. Sônia: É Sônia, da Comunidade do Morro do Querosene. A minha preocupação, pessoalmente, aqui, como representante dos meus representados... eu realmente, não tenho preocupação específica sobre os editais para a comunidade. Eu acho que é uma parcela pequena dos recursos do FEMA, e realmente não é o que me preocupa. O que me preocupa é a gestão do fundo. E eu acredito que a minha participação aqui, como sociedade civil, tem uma responsabilidade com referência a isso. Então por isso que as questões que eu coloco aqui, absolutamente, a preocupação não são os editais. Outra coisa que eu queria dizer é que isso que o Alexandre falou, eu acho superimportante, porque a gente ter a dimensão do que está deixando de ser feito para incluir o manuseio é uma coisa importante para gente. E eu aqui, quero declarar que eu vou me abster de votar nessa votação de hoje. E na próxima votação, eu espero ter mais instrumentos, conhecimento e informação para poder dar o meu voto.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos à votação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza.

Cons. Alexandre: Acredito que em relação às prorrogações contratuais... Em relação às prorrogações, eu vou me manifestar a favor. Mas talvez, os próximos contratos das licitações, aguardar então esse novo planejamento para a gente poder se posicionar com mais conhecimento de causa.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito, Alexandre. Rubens, à votação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da prorrogação contratual dos serviços de manejo do Parque do Ibirapuera, permaneçam como estão. Então está aprovado por cinco votos e uma abstenção. Então o segundo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, Rubens. Um segundinho só. Pois não.

Cons. Sofia: Só antes de passar para o próximo ponto, é Sofia do ICLEI. Eu acho que toda essa discussão aqui, todo esse desafio que...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Desculpe cortar. É sobre a votação. Nós estamos... Eu estou dando a palavra a você sobre votação. Sobre o assunto que já foi discorrido pela titular, eu vou ser obrigado...

Cons. Sofia: Era só um acréscimo. Era só uma sugestão para o Conselho.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então rápido, por gentileza, que a pauta é extensa.

Cons. Sofia: Porque eu acho que todo esse desafio aqui, de gestão dos parques, e como fazer essa gestão, ela tem que ser repensada. Isso está claro que vocês têm aí, diversos desafios. E eu acho o FEMA então, tem que focar sim, em alguma discussão mais ampla, de outras formas de gestão dessas áreas verdes. Então com cooperação internacional, ou com outras... envolvendo mais a sociedade civil, porque senão, a gente nunca vai sair disso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Isso já foi falado, Sofia.



Sofia: Então, só reiterando, que eu acho que talvez prevê algum recurso para começar essa discussão de uma forma mais sistematizada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, segundo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre prorrogação contratual de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques do grupo Norte. Processo é 2012.0.329.967-1. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total do contrato, R\$ 2.319.509,61. Análise da proposta: trata a presente proposta de contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques do grupo Norte, composto pelos Parques Jardim Felicidade, Vila dos Remédios, São Domingos, Lions Club Tucuruvi, Cidade de Toronto, Rodrigo de Gasperi, Vila Guilherme Trote, Pinheirinho D'Água, City Morrinhos e Jacinto Alberto. Contrato registrado sob número 05/SVMA/2013, constante de folhas 216 aditado conforme despacho de folhas 335 e 336. Em folhas 393 foi juntada a solicitação de DAF G para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, tendo em vista o contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verifica, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviço de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos, integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G, com relação à necessidade de custeio da contratação de segurança e vigilância patrimonial desarmada para o Grupo Norte, cujo vencimento está previsto para 18/4/2014. Conforme planilha juntada em folha 387, estão previstos os desembolsos para o exercício de 2014, no montante de R\$ 2.319.509,61, referente à prorrogação contratual por seis meses, a contar de 18/4/2014. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes, para cobertura do presente contrato, nos meses de janeiro a abril. Então vamos à conclusão, porque o terceiro item é o enquadramento. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, de que é viável a utilização de recursos para viabilizar a proposta ora apresentada, cujo valor é de R\$ 2.319.509,61, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes, para cobertura do presente contrato, nos meses de janeiro a abril. Então vamos à conclusão, que o terceiro item é o enquadramento. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, de que é viável a utilização de recursos para viabilizar a proposta ora apresentada, cujo valor é de R\$2.319.509,61, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 9 de abril de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por cinco votos a favor e uma abstenção, conforme já manifestada inicialmente. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada dos parques que integram o grupo Leste, Parque Linear Bispo, e outros. Processo 2010.0.159.781-4.



Cons. Bianca: Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Oi.

Cons. Bianca: Posso já deixar declarado meu voto de aprovação, porque eu preciso dar uma saidinha, já volto.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, nós temos que votar um a um por recomendação do Ministério do Tribunal de Contas do Município.

Cons. Bianca: Eu só vou ao toailete. É só essa.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ah, certo. Tudo bem.

Cons. Bianca: Não vou embora.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então certo. Eu pensei que você fosse se ausentar da reunião. Então vamos lá. A proposta é solicitação de recursos para atender medições não liquidadas de fevereiro de 2014 até o término do contrato, em 23/7/2014 referente aos serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais lineares. Processo 2010.0.159.781-4. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta: R\$ 4.836.321,90. Análise da proposta: trata a presente de solicitação de recursos do FEMA para atender medições não liquidadas de fevereiro de 2014, até o término do contrato, em 23/7/2014 referente a serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais lineares que integram o grupo Leste, parque linear Bispo e outros. Em folha 1670, foi juntada a solicitação de DAF G para utilização de recursos do FEMA para liquidações de medições de fevereiro de 2014 até o final do contrato, em 23/7/2014. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação do serviço de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 4.086.321,90 para liquidações de medições não liquidadas no período de fevereiro de 2014 até 23/7/2014. Em folhas número 1654 a 1656 consta o pedido de descongelamento de recursos através do ofício 06, de DAF G 2014, não atendido até o momento. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado em folhas 1657 a 1669, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovadas pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e atende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 4.836.321,90, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela secretaria de negócios jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril de 2014, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então nós temos quatro votos a favor, um voto contra e uma abstenção.

Cons. Alexandre: Só para esclarecer, seguindo a lógica do que eu já tinha falado, prefiro decidir sobre novos contratos com o panorama aí dos recursos, atualizado.



Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. O quarto item da pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques do Bororé, Itaim, Jaceguava e Varginha. Processo 2010.0.078.253-7. Então proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta, R\$ 2.649.235,88. Análise da proposta: trata a presente, de solicitação de recursos do FEMA para atender a medições não liquidadas de fevereiro de 2014, até o término do contrato, em 16/10/2014 referente ao serviço de vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais naturais, composto pelos parques Bororé, Varginha, Itaim e Jaceguava. Em folha 1487 foi juntada a solicitação de DAF G, para a utilização de recursos do FEMA para liquidações de medições de fevereiro de 2014, até o final do contrato, em 16/10/2014, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva, desarmada, nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF com relação à necessidade da deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 2.649.235,88 para liquidação de medições não liquidadas, no período de fevereiro de 2014 estendendo-se até 16/10/2014. À folha número 1471 a 1473, consta o pedido de descongelamento do recurso, através do ofício 06 DAF G de 2014, não atendido até o momento. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntado a folhas 1474 a 1486, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 2.649.235,88, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril, assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então vamos à votação.

Cons. Alexandre: Só um comentário. Na verdade, esse também é prorrogação. E o anterior também era. Agora que eu entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos cinco votos a favor, e uma abstenção. Próximo ponto de pauta, o item 5, é apreciação e deliberação sobre serviço técnico de manejo e conservação nos parques públicos que integram o Grupo Ciência. Processo 2013.0.083.499-0. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 2.859.435,07. Análise da proposta: trata a presente proposta de processo licitatório, visando a contratação de serviços de manejo, e manutenção e conservação de parques, do grupo Ciência, composto pelos parques Ciência, Parque das Águas, Parque da Consciência Negra, e Parque Linear Água Vermelha, cujo objeto inclui serviço de limpeza externa e conservação de áreas verdes. A presente contratação tem destaque em sua relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica e orçamentária: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF, que solicita o recurso da SVMA com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 2.859.435,07, considerando o valor de desembolso para o período de março de 2014 a março de 2015, contemplando o presente exercício, até o mês de março de 2015, atendendo a legislação da licitação. DAF informa, em folha 319, que não há



disponibilidade de recursos na dotação da SVMA, 2710, no montante solicitado. Após análise da proposta, a Comissão Técnica de Avaliação identificou que já houve aprovação do CONFEMA para utilização de R\$ 1.107.785,87, por meio das resoluções 39/CONFEMA/2013, no valor de R\$ 419.984,75. E número 91/CONFEMA/2013, em folhas 239, no valor de R\$ 687.801,12. Salientando que esses valores não foram efetivamente executados. Nestes termos, sendo aprovado pelo CONFEMA a proposta atual, a CAV entende que os valores das resoluções aprovadas anteriormente deverão ser descontadas do montante solicitado, devendo ser apreciado apenas a diferença de R\$ 1.751.649,20. Com base no parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada ao presente, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de realização de ações ambientais, despesas correntes, para a presente contratação. Então a conclusão é: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor da diferença entre o valor solicitado, deduzindo-se os valores já aprovados anteriormente, perfazendo R\$ 1.751.649,20. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 9 de abril de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Alguma dúvida com relação a esse... Não? Então, os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos quatro votos favoráveis, um voto contrário e uma abstenção. Então está declarado aprovado. O próximo ponto de pauta é o item 6. Apreciação e deliberação sobre prestação de serviço de manejo e conservação dos parques do grupo Benemérito Brás. Processo 2014.0.056.317-4. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da proposta: R\$ 1.436.134,58. Trata a presente proposta de processo licitatório para contratação, por 12 meses, de serviço de manejo, manutenção e conservação de parques do grupo Benemérito Brás, composto pelos parques: Parque Benemérito Brás, Parque Linear Mongaguá, Parque Sena, e Parque Linear Canivete, cujo objeto inclui serviço de manejo da vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene de sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folha 11 a 37. Conforme manifestação de DAF G, de folha 92, a presente proposta tem por objetivo, solicitar a utilização de recursos do FEMA para abertura de novo procedimento licitatório. Análise econômica e orçamentária da proposta: em folhas 80 do processo, consta demonstrativo do saldo disponível onde consta o valor zerado no saldo da dotação. DAF G, sob folha 92, solicita o montante de R\$ 1.436.134,58, conforme cronograma de desembolso para fazer frente à contratação por um período de 12 meses, visando a limpeza e manejo do grupo de parques Benemérito Brás, e salienta que não há recursos na dotação 2710. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovadas pelo CADES, e que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, perfazendo R\$ 1.436.134,58, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 2 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, Conselheira Sofia.

Cons. Sofia: Sofia. É. Eu queria só perguntar se esse é o mesmo caso do Grupo Ciência. Que a empresa não quis renovar?



Secretário Executivo Rubens Borges: Então está respondido pelo Jairo. É o caso. Então, vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então, temos quatro votos favoráveis, um voto contrário, e uma abstenção. Então, está declarado aprovado. Próximo ponto de pauta, item 7, é apreciação e deliberação sobre contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques do grupo Sul. Processo 2011.0.074.755-5. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 830.500,00. Análise da proposta: trata a presente proposta de contrato de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais do grupo Sul, composto pelos parques Guarapiranga, Santo Dias, Nabuco, Alfredo Volpi, Severo Gomes, Cordeiro e Eucaliptos. Registrado sob número 11/SVMA/2012. Em folha 1342, foi juntada a solicitação de DAF G, para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA para custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da solicitação de DAF G com relação à necessidade de custeio do contrato de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques do grupo Sul. Conforme planilha juntada em folha 1336, estão previstos os desembolsos para o exercício de 2014, no montante de R\$ 830.500,00, referente à prorrogação e reajuste por um período de 3 meses, a partir de 16/4/2014. Assim, com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de despesas correntes para a cobertura do presente contrato. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 830.500,00, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com as recomendações propostas pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 2 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por cinco votos a favor, e uma abstenção. Próximo ponto de pauta, é o item 8. É apreciação e deliberação de contratação de serviço de segurança e vigilância patrimonial...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Rubens, só um segundinho, só.

Secretário Executivo Rubens Borges: Desculpe.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: O chefe de gabinete está se retirando. Foi chamado urgente para a prefeitura. Pode continuar.

Secretário Executivo Rubens Borges: Ok. Apreciação e deliberação sobre contratação de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada, para os parques que integram o grupo da Orla do Guarapiranga. Processo 2012.0.329.079-5. Proponente é a DEPAVE-SVMA. Valor total, R\$ 1.331.401,35. Trata o presente, de solicitação de recursos do FEMA para atender as medições anteriores, não liquidadas, de fevereiro de 2014 e prorrogações de contrato até 22/5/2014, na prestação de serviço de vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais que integram o grupo Orla do Guarapiranga, composto pelos parques Barragem, Linear Castelo, Guanhembu, Jardim Herculano, Jardim Prainha, M'Boi Mirim, 9 de Julho, Praia do Sol, e Linear São José. Em folha 343, foi juntada a solicitação de DAF G, para utilização de recursos do fundo para custeio do contrato. Com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices



jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA, no montante de R\$ 1.331.401,35, referente a medições não liquidadas em fevereiro de 2014, até 22/5/2014, término do contrato, conforme cronograma constante de folha 329, atendendo a legislação de licitação. Com base em parecer expedido pela procuradoria geral do município, que segue juntado em folhas 330 a 338, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, de que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$1.331.401,35, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 9 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então, os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos 5 votos favoráveis, e tem um conselheiro ausente. Então está aprovada a proposta. O item 9 da pauta, é apreciação e deliberação sobre contratação de serviço de segurança e vigilância patrimonial desarmada dos parques do Grupo Leste. Processo 2011.0.074.759-8. Proponente SVMA-DEPAVE. Valor total, R\$ 3.665.916,09. Análise da proposta: trata o presente de solicitação de recursos do FEMA para atender a medições a serem liquidadas de abril de 2014 até o término do exercício, em 31/12/2014, referente aos serviços de vigilância patrimonial desarmada, para os parques municipais do Grupo Leste composto pelos Parques Raul Seixas, Santa Amélia, Chico Mendes, Piqueri, Chácara das Flores, Jardim Primavera, Dom Evaristo Arns, Ermelino Matarazzo, Vila do Rodeio, Ecológico Professora Lídia Natalizio Diogo e Zilda Arns, registrados sob número 044/SVMA/2011. Em folhas 1792, foi juntada a solicitação de DAF para utilização de recursos do FEMA para liquidação de medições de abril de 2014 até o final do exercício, em 31/12/2014, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para a contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, com relação à necessidade da deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 3.665.916,09, para liquidação de medições a serem liquidadas no período de abril de 2014 a 31/12/2014. Em folhas 1776 a 1778, consta o pedido de descongelamento de recursos através de ofício 06, de DAF G, 2014, não atendido até o momento. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, PGM, que segue juntado em folhas 1779 a 1791, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de operação, manutenção e conservação de parques, FEMA, despesas correntes, para a presente contratação. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$3.665.916,09, respeitada a utilização de dotação própria, atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. Então vamos à votação. Os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então



temos cinco votos favoráveis e uma abstenção. Próximo ponto de pauta é o item 10. É apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial desarmada para os parques que integram o grupo Sapopemba. Processo 2012.0.329.063-9. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total: R\$ 2.059.259,44. Análise da proposta: trata o presente, de solicitação de recursos do FEMA para atender as medições não liquidadas de janeiro de 2014 e prorrogação do contrato até 26/6/2014 na prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o grupo Sapopemba, composto pelos parques: Nebulosa, Sapopemba Aterro, Linear Oratório, Jardim da Conquista, Savoy City, Central do Itaim, e Guabirobeira. Em folha 438, foi juntada a solicitação de DAF G para utilização de recursos do FEMA para liquidação das medições de janeiro de 2014 a 26/6/2014 para custeio da prorrogação do contrato com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação dos serviços de vigilância ostensiva desarmada, nos parques públicos, integrantes do sistema de áreas verdes do município. Análise econômica e orçamentária da proposta: a presente proposta origina-se de manifestação de DAF G, com relação à necessidade de deliberação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 2.059.259,44, para medições não liquidadas de janeiro de 2014 até 26/6/2014, atendendo a legislação de licitação. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada em folhas 425 a 433, foi apresentada a proposta de utilização dos recursos do FEMA na dotação de operação, manutenção e conservação de parques. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 2.059.259,44. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então temos aprovado por cinco votos a favor, e uma abstenção. Próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação sobre contratação de serviços de segurança e vigilância patrimonial para os parques do grupo Campo Limpo. Processo 2013.0.286.287-8. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da proposta: R\$ 8.032.324,62. Trata o presente de solicitação de recursos para o FEMA, para abertura de processo licitatório, visando a contratação de serviços de vigilância patrimonial desarmada para os parques municipais que integram o grupo Campo Limpo, composto pelos parques Horto do Ipê, Paraisópolis, Morumbi Sul, Feitiço da Vila, Jardim Invernada, Sete Campos, Xangri-lá, Linear Parelheiros, Guabirutuba, Herculano e M'Boi Mirim. Em folha 147 foi juntada a solicitação de DAF G para utilização de recursos do FEMA, visando o custeio do contrato, com base na manifestação da Procuradoria Geral do Município, de que não se verificam, em tese, óbices jurídicos à utilização de recursos do FEMA para contratação de serviços de vigilância ostensiva desarmada nos parques públicos integrantes do sistema de áreas verdes do município. A presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, com relação à necessidade de apreciação do CONFEMA para utilização de recursos do FEMA no montante de R\$ 8.032.324,62, para contratação dos serviços por 12 meses, contemplando o exercício de 2014, e até o mês de março de 2015, atendendo a legislação de licitação. Com base em parecer expedido pela Procuradoria Geral do Município, que segue juntada sob folha 134 a 139, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA, na dotação de operação, manutenção e conservação de parques. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da



utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é possível a utilização de recursos do FEMA para viabilizar a proposta ora analisada, no valor de R\$ 8.032.324,62, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 9 de abril. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos quatro votos a favor, um voto contrário, e uma abstenção. O décimo-segundo e último item da pauta é apreciação e deliberação sobre implantação de ponto de entrega voluntária, ecoponto Saioá. Processo 2013.0.293.968-4. Proponente é a Secretaria Municipal de Serviços, por meio da AMLURB. O valor, R\$ 214.858,66. Análise e avaliação da proposta: a autoridade municipal de limpeza urbana, AMLURB, solicita análise da proposta visando a implantação do ponto de entrega voluntária denominado Ecoponto Saioá, na Rua Professor Osvaldo Gomes Cardin, com a Rua Mary Baida Salem. A proposta vem acompanhada de ofício, disponibilizando a área municipal pela subprefeitura de Vila Mariana, juntada sob folhas número 2 e 3, dando formalidade à legislação vigente, de que a área em questão está enquadrada dentro da resolução de SEMPLA/CTLU/103/2008. Sob folhas 25 a 39 onsta memorial descritivo e as especificações técnicas do projeto conforme previsto no plano nacional de resíduos sólidos, e no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo. Em folhas 46 a 54, segue a apresentação realizada na plenária ordinária do CONFEMA realizada em 28/3/2014, para ampliação dos ecopontos na cidade de São Paulo. Enquadramento nas diretrizes e objetivos da política municipal de meio ambiente do SISNAMA. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887 que determina explicitamente que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, precipuamente, a apoiar os planos, programas e projetos que visem, entre outros, a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental. A proposta está amparada nas metas da lei municipal de mudança do clima número 14.933/2009. Enquadramento nas estratégias de ação recomendada: segundo a resolução número 165 do CADES de 2014, de 11 de fevereiro de 2014, que trata da diretriz anual para utilização de recursos do FEMA, nos termos do artigo 8º, inciso 1 do decreto 41.713, de 25/2/2002, observamos que a presente proposta se enquadra nas diretrizes, apoio à política de implantação de ecopontos de reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos, na cidade de São Paulo. Análise econômica e orçamentária da proposta: o custo para implantação do ecoponto Saioá está baseado na tabela de EDIF, sob folha 57, e está estimado em R\$ 214.858,66, com cronograma de desembolso para o presente exercício. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2014, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes, em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 8 de abril de 2014. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Então os Conselheiros favoráveis à aprovação da presente proposta permaneçam como estão. Então temos cinco votos a favor e uma abstenção, conforme já manifestado. E assim a gente conclui os pontos de pauta da ordem do dia.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Gostaria de perguntar, antes de passar para a Conselheira Sônia, se temos sugestão para a próxima pauta. Com a palavra, Sônia.

Cons. Sônia: Eu queria, primeiro, declarar aqui, que eu acho que a gente deu um passo importante, na reunião de hoje, no sentido de fortalecer esse Conselho e no sentido de garantir o direito, à cidade, e a combater a desigualdade e todas as bandeiras que a gente tem tido nos últimos tempos. Então eu gostaria de confirmar aqui, o compromisso da



próxima reunião. Iniciar com uma apresentação dos projetos que caíram, dos projetos que estão vigentes, e dos recursos que a gente tem disponível, e dos recursos que a gente tem previstos. Quero também, como proposta de pauta, aqui, reforçando a colocação da Sofia, da gente poder examinar esse próximo edital que está em construção, que é o edital 11, no sentido de poder colocar entre as premissas desse edital, uma parcela desses recursos, que pudessem ser destinados a estudo de proposta de gestão de parques. Eu acho que é uma questão importante. A gente está acostumado... Trouxe, da gestão passada, toda a estrutura da gestão de parques já existente. Eu acho que é interessante a gente poder fazer um estudo sobre propostas alternativas de gestão de parque. Obrigada.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Isso aí já está anotado, e gostaria de dizer o seguinte: esse edital 11. Estou esperando só a liberação do jurídico, e ele vai ser comandado pelo FEMA, sob a minha responsabilidade, mas eu estou pondo a gestão de comum experiência e tudo, do professor Helgis, que é o novo diretor da UMAPAZ. Vai ser... Inclusive, já vai ser convidado independente de você fazer parte do Conselho. E vocês... Vou citar também aos Conselheiros que quiserem participar. Eu passarei o nome do professor e vocês participarão sim, da construção desse, como eu quis participar do outro, e já vim com o prato feito. Esse, o prato não está feito. Vocês vão participar da confecção desse edital, está bom?

Secretário Executivo Rubens Borges: Só um detalhe, Damasceno.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pois não.

Secretário Executivo Rubens Borges: Todos os editais, quando a gente começa a elaborar o edital, a gente faz audiências públicas, com participação da sociedade civil, onde a sociedade civil se manifesta, e coloca sugestões como a sua, Sônia. Então, inclusive, o edital 10 foi feito, também, audiências públicas. Então, embora o pacote já estivesse pronto, mas o procedimento, ele foi seguido à risca.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Obrigado pela correção, pela complementação. Eu queria...

Oradora não identificada: É importante que esse Conselho seja fortalecido. Então, que além da audiência, (incompreensível) passe por aqui também.

Secretário Executivo Rubens Borges: Com certeza.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Eu queria agradecer aos senhores conselheiros e conselheiras, aos presentes, aos técnicos, aos diretores presentes. E dando por encerrada a 37ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA. 11 de abril de 2014, ao 12h15. Muito obrigado a todos.